

ATA DA REUNIÃO

REUNIÃO ORDINARIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO VICENTE REALIZADA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2021.

Ao vigésimo quarto dia do mês de fevereiro de 2021, em primeira chamada às 14 horas, através de reunião virtual na plataforma “zoom cloud meeting”, realizou-se reunião ordinária do CMAS, conforme registro de presença em instrumental próprio em anexo, para deliberar a seguinte pauta: 1) Comissão de inscrição; 2) Comissão Eleitoral; 3) Assuntos Gerais.

Iniciando a pauta, no primeiro item temos a apresentação da comissão de inscrição, Sra. Alessandra relata que desde a última reunião ordinária foram recebidos documentação de três organizações, sendo duas delas para renovação – Lar Vicentino e LAM; e uma para inscrição – Associação Filhos de Aruanda. Como todas as três ficaram com documentos pendentes para entrega, ficou estabelecido que todas receberão e-mail do conselho com o agendamento de reunião individual para orientações. O presidente coloca que na próxima reunião ordinária já teremos a nova composição do conselho e, solicita um relatório da comissão de inscrição. Sra. Alessandra refere que no início deste ano foi entregue um relatório da comissão contendo todo o trabalho realizado em 2020 para ser encaminhado junto com a ata do mês de dezembro aos conselheiros; no entanto, até o presente momento não recebeu nada. O presidente explica que este assunto já foi conversado com a primeira secretária, a Sra. Lilian e assim que todas as atas forem concluídas, serão encaminhadas aos conselheiros.

Seguindo a pauta, no segundo item temos a comissão eleitoral, O presidente inicia lembrando que as inscrições para os eleitores terminam no dia de hoje, ressaltando que na verdade já teriam encerrado no dia vinte e dois, porém, devido à falha no link do formulário de inscrição que durou cerca de vinte e quatro horas, foi prorrogado por mais dois dias o período para a inscrição dos eleitores. Ressalta também que houve um número considerável de inscrições que serão analisadas e efetivadas pela comissão eleitoral. Já em relação aos candidatos, explica que no primeiro momento foi publicada a lista

33 com as candidaturas deferidas e após passado o prazo para os recursos, foi
34 publicada a segunda lista com as candidaturas efetivas. O presidente recorda
35 que no momento de construção da resolução normativa, foi mencionado que os
36 candidatos fariam um vídeo curto apresentando suas candidaturas, sendo
37 esses divulgados pelo conselho e pela prefeitura no site oficial. O presidente
38 solicita ao administrativo do conselho, o Sr. Marlon, para encaminhar e-mail
39 aos candidatos informando sobre o vídeo, o qual será facultativo; portanto,
40 aqueles que desejarem farão a gravação do vídeo. No caso dos candidatos
41 que já tenham o vídeo pronto devem encaminhar o mais breve possível para o
42 e-mail do conselho. O presidente então pergunta à plenária qual o prazo para
43 entrega dos vídeos, uma vez que todos tem que ser encaminhados juntos à
44 prefeitura para a divulgação no site.

45 Sr. Marcos pergunta se esses vídeos serão divulgados apenas para os
46 eleitores cadastrados? O presidente responde que é isso mesmo, conforme a
47 resolução normativa, a não ser que a plenária coloque a proposta de prorrogar
48 o prazo para inscrição dos eleitores para dar oportunidade a mais munícipes
49 participarem do processo eleitoral.

50 Sra. Alessandra solicita a palavra e faz uma colocação referente ao
51 processo eleitoral. Primeiramente, reconhece todo o trabalho e empenho da
52 comissão eleitoral, porém começando pelo edital, o mesmo apresenta falhas,
53 não ficou claro alguns pontos, etc. Sendo que essas falhas seguem até o
54 momento atual referente aos vídeos. Em resumo, o edital ficou vago e dúbio, o
55 que acarretou no indeferimento de alguns candidatos. Por este motivo, é feita a
56 colocação, pois está sendo dada continuidade a um processo eleitoral que está
57 bastante confuso e nebuloso. Inclusive a pergunta feita pelo Sr. Marcos já
58 havia sido feita pela Sra. Alessandra na última reunião ordinária no momento
59 da leitura da resolução normativa, a qual esperava-se que no ato de sua
60 publicação, trouxesse um detalhamento de todo o processo eleitoral, não
61 deixando nenhuma dúvida à respeito. Até porque os eleitores (considerando a
62 abertura para os munícipes em geral), não conhece o conselho, tão pouco os
63 candidatos; então como eles terão acesso a estes vídeos? Será pelo site da
64 prefeitura? Será por outros meios? É necessária uma clareza maior como será
65 a forma que ocorrerá a votação, será um voto para cada segmento? Outra

66 questão referente aos recursos, quando se lê o edital, no artigo primeiro fala
67 sobre o biênio 2018/2020, quando foi publicado o segundo não houve alteração
68 nesta informação, com relação ao horário do recurso, fala sobre a data final
69 para a entrega dia 19/02, mas não estipula horário limite de encerramento,
70 então como fica em aberto o horário próximo às 23 horas ainda faz parte do dia
71 19/02; no entanto, o CAMP/SV entrou com recurso e não teve resposta do
72 mesmo.

73 Diante do exposto, o presidente faz alguns apontamentos, primeiro, o
74 edital foi lido para a plenária e foi aprovado, então se ele ficou dúbio a
75 responsabilidade é coletiva e não apenas da comissão, toda as decisões
76 referentes ao processo eleitoral foram tomadas em conjunto com a plenária,
77 tanto que no período de um mês, esta foi a primeira vez que surge essa
78 reclamação. Quando o edital foi aprovado pela plenária e publicado, houve um
79 período de recursos referente ao edital e não houve nenhuma manifestação por
80 parte de nenhuma organização. Quanto à publicação do edital com a escrita
81 biênio 2018/2020 é uma falha que aparece apenas no início do texto, sendo
82 que depois em todas as outras partes onde é citado o período de gestão, está
83 escrito de forma correta 2021/2023, foi solicitada a correção à prefeitura; como
84 foi apontado que que a nova publicação saiu com o mesmo erro, será solicitado
85 a prefeitura verificar o que ocorreu. Contudo, apesar deste erro gráfico
86 permanecer, não existe um entendimento de que houve dolo referente ao erro
87 gráfico. No que se refere ao recurso, quando se lê o edital como um todo, ele
88 coloca que todos os prazos que não tem horário limite seguirão o horário
89 administrativo da prefeitura, que se encerra às dezessete horas. O presidente
90 continua explicando que este processo feito de forma virtual foi um grande
91 desafio, uma vez que nunca havia sido feito desta forma anteriormente, além
92 de estar sendo um processo de aprendizagem para todos. Entretanto, como
93 toda a definição do processo tem sido estabelecida com a plenária, causa um
94 certo espanto após um mês o surgimento dessa estranheza, até porque
95 nenhuma decisão sobre o processo foi tomada apenas pela comissão de forma
96 particular, tudo está sendo feito de forma clara e em concordância com a
97 plenária.

98 Sra. Alessandra contrapõe colocando que apesar da leitura feita na
99 reunião ordinária, os conselheiros não receberam o material da resolução
100 anteriormente para apreciação e apontamentos referentes à escrita, cita
101 trechos onde se fala sobre o candidato/eleitor e eleitor, causando confusão à
102 quem faz a leitura. Por isso ao longo do processo é que faço a observação de
103 uma série de desencontros, inclusive em relação ao link para o cadastro dos
104 eleitores, agora na resolução dois saiu explicando que à partir do dia 17/02 as
105 inscrições serão feitas por e-mail, porém não fica claro se será enviado um link
106 ou a pessoa fará a votação pelo próprio e-mail?

107 O presidente explica que o edital foi construído pela comissão,
108 apresentado à plenária e aprovado pela mesma, a partir de sua publicação
109 qualquer pessoa pode questioná-lo. Já sobre a questão do grande número de
110 indeferimentos, infelizmente isso ocorre porque a maioria das pessoas não se
111 atenta aos detalhes. Quando é colocado que houve indução ao erro, que é a
112 situação que o edital foi mal escrito, a comissão conversou sobre isso e não
113 teve esse entendimento, uma vez que tiveram pessoas que conseguiram
114 encaminhar todos os documentos solicitados. O que foi observado nos
115 indeferimentos, é que houve desatenção no envio dos documentos,
116 exemplificando melhor, o candidato mandou um documento, mas esqueceu de
117 mandar outro, então se houvesse indução ao erro, todos os candidatos não
118 teriam mandando os documentos e não foi o que aconteceu.

119 Diante do exposto pela Sra. Alessandra, o presidente coloca que existe
120 uma questão de ordem e que deve ser vista pela plenária antes da proposta do
121 Sr. Marcos, até porque trata da questão de anulação do processo eleitoral. Sr.
122 Kléber (vice-presidente) coloca que concorda em colocar para votação essa
123 questão, uma vez que como participante da comissão eleitoral, explica que
124 devido o encerramento do mandato da atual gestão acontecer no mês de
125 março, o processo eleitoral teve que ser agilizado, inclusive a comissão
126 trabalhou todo o período de carnaval; porém se a sugestão é essa, vamos
127 colocar a pergunta à plenária. Sra. Alessandra explica que na verdade quis
128 expressar seu sentimento em relação ao processo eleitoral e gostaria de ouvir
129 das outras pessoas o que elas estão sentindo também; Sr. Kléber coloca que
130 em relação ao fato do edital estar dúbio, na verdade o que se observa é que

131 algumas organizações não se atentaram na leitura do edital, com isso
132 acabaram deixando de encaminhar alguns documentos, sendo esse o motivo
133 para o indeferimento de algumas candidaturas; no entanto, alguns
134 trabalhadores, usuários e organizações conseguiram mandar toda a
135 documentação. Por este motivo, Sr. Kléber coloca que não consegue visualizar
136 que o processo eleitoral não seja legítimo ou a resolução normativa não tenha
137 sido clara no texto. Sendo assim podemos colocar para a plenária a votação da
138 proposta de suspender o processo eleitoral.

139 O presidente coloca que essa é uma questão de ordem que precisa ser
140 definida pela plenária, até porque a própria comissão durante este período fez
141 alguns apontamentos, uma vez que esse processo eleitoral de forma digital é
142 novo para todos, por exemplo, ninguém imaginaria que o link para as inscrições
143 dos eleitores completaria sua carga em dez dias, a capacidade do link era
144 grande (1 gigabyte), porém como algumas pessoas enviaram fotos em alta
145 resolução, isso fez com que o espaço do link fosse ocupado de forma mais
146 rápida.

147 Sr. Aldo solicita a palavra e coloca que à partir do momento que o link
148 para inscrição dos eleitores descarregou e foi modificada a inscrição para o
149 envio e-mail, esse fato pode dar margem para as organizações pegarem os
150 dados dos usuários atendidos e criarem um e-mail para inscrição dos eleitores.
151 Sendo que isso é muito complicado, pois as organizações que tem um maior
152 número de usuários podem se beneficiar de tal fato, em detrimento de outras
153 organizações que são novas. Sendo assim se o conselho tem como controlar
154 essa votação através da identificação do IP do computador, para ter certeza de
155 que cada computador ou celular só pode votar uma única vez, existiria a
156 condição de seguir, caso contrário, o processo deve ser suspenso. O
157 presidente explica que sobre a questão do link, assim que o conselho foi
158 avisado, no dia seguinte pela manhã foi resolvida a questão do pedido de
159 inscrição por e-mail, ficando os munícipes impossibilitados de se inscreverem
160 apenas meio período do dia, sendo prorrogado por dois dias o prazo para a
161 inscrição, justamente para não haver prejuízo aos munícipes. Outra questão
162 apontada seria o fato das organizações conseguirem “falsificar” os votos em
163 benefício próprio, que é algo muito sério e que em função destes

164 apontamentos, o presidente sugere que seja cancelado esse processo eleitoral
165 e seja feito um novo processo de forma presencial.

166 Sr. Lázaro coloca solicita a palavra e coloca que na organização a qual
167 faz parte foi solicitado que os usuários trouxessem um documento de
168 identificação e o comprovante de residência para que pudesse comprovar que
169 de fato a inscrição é para o munícipe, a partir deste momento só existe um
170 voto, pois terá confirmação do nome da pessoa. Então se alguém tentar entrar
171 com mais de um voto, a comissão fará a análise dos dados e invalidará esses
172 votos a mais da mesma pessoa, será aceito apenas um voto de cada pessoa.
173 Refere ainda que fica muito complicado após um mês de trabalho da comissão
174 surgir esse tipo de dúvida referente ao processo eleitoral, coloca ainda que não
175 vê motivo para cancelar o processo um vez que já foi explicado que será
176 computado apenas um voto para cada eleitor.

177 Sr. Aldo explica que o problema não é a quantidade de votos para uma
178 única pessoa e sim o fato das organizações por terem acesso aos dados dos
179 usuários atendidos, utilizarem essas informações para fazerem o cadastro
180 destes como eleitores. Esse fato pode dar margem para este tipo de situação,
181 que é muito séria.

182 Sr. Lázaro ratifica que essa colocação feita é muito grave e que este
183 procedimento é ilegal/crime e caso ocorra e seja descoberto, quem o fez pode
184 responder processo.

185 O presidente coloca à plenária que iniciemos a votação pelo
186 cancelamento ou não do processo eleitoral e inicia computando o seu voto e do
187 Sr. Aldo à favor do cancelamento e o voto do Lázaro contrário ao
188 cancelamento.

189 Sra. Benedita solicita a palavra e coloca que realmente após o link de
190 inscrição cair, ficou bastante complicado a realização das inscrições para os
191 eleitores, falando enquanto sociedade civil é muito importante a participação
192 dos munícipes nos conselhos, pois desta forma é que a sociedade civil
193 consegue manter um diálogo com o governo municipal. Coloca que realmente
194 encontrou dificuldades para fazer as inscrições por e-mail, bem como recebeu

195 esse relato de outras pessoas com as quais se comunicou pedindo para
196 participarem como eleitores.

197 O presidente coloca que caso seja aprovado o cancelamento do
198 processo eleitoral, a gestão do conselho terá seu mandato prorrogado pelo
199 período de seis meses devido à questão da conferência municipal. Ressalta
200 que toda a plenária tem direito à voto.

201 Sr. Marcos coloca que apesar das dificuldades que os usuários podem
202 encontrar nesse processo de inscrição, por conta do acesso à internet, questão
203 do envio dos documentos, etc.; as organizações estão para dar o apoio
204 necessário, porém deixando com que os usuários passem pelo processo como
205 uma forma de aprendizado. Refere que o edital explica sim que a pessoa
206 cadastrada vai receber no e-mail um link onde vai poder entrar para efetuar seu
207 voto. Com isso, caso a mesma pessoa vote mais de uma vez, apenas um voto
208 será validado, cabendo à comissão eleitoral a responsabilidade de analisar
209 todos os votos. Sendo assim vota contrário ao cancelamento do processo
210 eleitoral.

211 O presidente retoma a fala solicitando que demos prosseguimento à
212 votação e seguindo a lista de presença, cada participante coloca seu voto
213 favorável ou contrário à suspensão do processo eleitoral. A votação se
214 encerrou com sete votos contrários ao cancelamento do processo eleitoral
215 contra catorze votos favoráveis. Sendo assim, a plenária decide pelo
216 cancelamento do processo eleitoral; com isso vem uma nova questão,
217 referente ao período de prorrogação do mandato desta gestão. O presidente
218 sugere que a gestão permaneça por um período de seis meses, tendo em vista
219 a questão da conferência municipal e seu prazo de execução que será de abril
220 à julho. E para a organização da conferência municipal, tem que ser formada
221 uma comissão com conselheiros válidos.

222 Sr. Aldo pede à palavra e se coloca favorável a continuidade da atual
223 gestão do conselho por mais seis meses.

224 Sra. Alessandra pergunta ao presidente se essas votações não teriam
225 que ser feitas apenas pelos conselheiros? O presidente explica que desde a
226 gestão anterior já havia essa decisão, até porque se forem ser considerados

227 apenas os votos dos conselheiros, teria que ter um quórum mínimo para ter
228 validade, sendo que esse fato ocorreu apenas na reunião ordinária de
229 julho/2020, onde foi votada a aprovação de inscrição de algumas organizações,
230 mesmo tendo um parecer contrário da comissão de inscrição.

231 Sra. Suzana faz uma colocação ressaltando como é extremamente
232 importante ser feita uma reavaliação do regimento interno, uma vez que o
233 regimento existente é muito raso e antigo, por este motivo sugere que tenha
234 um momento de pauta na reunião ordinária para tratar sobre o regimento de
235 forma intensiva. Apresenta-se também favorável a continuidade da gestão atual
236 por mais seis meses.

237 Sr. Kléber continua com a votação entre os participantes, onde por
238 unanimidade a assembleia se coloca favorável à continuidade da atual gestão
239 pelo período de seis meses.

240 Diante do exposto, o presidente sugere que seja marcada uma reunião
241 extraordinária para tratar da criação das comissões referentes ao processo
242 eleitoral, conferência municipal de assistência social e outros assuntos
243 pertinentes. A plenária decidiu pela reunião extraordinária acontecer no dia
244 03/03/21 às 14hs.

245 Sendo assim, o presidente encerra a reunião.

246 Lilian Bezerra Fontes Silva Duarte

247 1ª Secretária CMAS.

ATA DA REUNIÃO

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL DE SÃO VICENTE REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2021**

Aos três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, em primeira chamada às 14 horas, através de reunião virtual na plataforma *Zoom Cloud Meeting*, realizou-se a Reunião Extraordinária do CMAS de São Vicente, conforme registro de presença em instrumental próprio (ANEXO I), para deliberar a seguinte pauta, conforme convocação: **1)** Composição de Comissão Temporária do Processo Eleitoral da Representação da Sociedade Civil no CMAS/SV (gestão 2021/2023); **2)** Composição de Comissão temporária para análise do Regimento Interno do CMAS/SV; e, **3)** Composição de Comissão Temporária do Processo de Conferência da Assistência Social.

A reunião fora presidida pelo vice-presidente do CMAS, Sr. Kleber Dias, que iniciou a sessão justificando que o presidente do conselho, Sr. Felipe da Silva Galvão estava participando da reunião, porém, impossibilitado de presidir, em virtude de estar em atividade externa.

O Sr. Kleber, informou que o Conselho-Diretor estaria organizando Resolução Normativa com as datas das reuniões ordinárias do CMAS durante o ano de 2021, e que a minuta de tal documento seria apresentada à plenária na próxima ordinária (março) para aprovação, uma vez que as datas seriam disponibilizadas à Secretaria Municipal de Planejamento que solicitou tais informações para divulgar em espaço específico do conselho no site da Prefeitura de São Vicente.

O Sr. Kleber lembrou aos participantes de que na última Reunião Ordinária, realizada pelo conselho em 24/02/2021, fora aprovada a suspensão e cancelamento do processo eleitoral de representantes da sociedade civil do CMAS-SV, bem como aprovada a prorrogação do atual mandato – que se encerraria em março do presente ano – por seis meses, período, este, necessário especificamente para a organização dos processos objeto da pauta da extraordinária, mencionando que entende o período de prorrogação ideal para a realização dos processos de forma tranquila e organizada.

O presidente da sessão passou, portanto, a discutir sobre o primeiro assunto da pauta, perguntando quais conselheiros gostariam de compor a Comissão Temporária do Processo Eleitoral da Representação da Sociedade Civil no CMAS/SV (gestão 2021/2023). Dos presentes, inscreveram-se para compor a referida comissão: o Sr. João Carlos

33 Guilhermeino Franca (representante titular: Instituto Camará Calunga); a Sra. Marcia
34 Aparecida Pansarini Dias (representante titular: Centro de Aprendizagem e Motivação
35 Profissional); o Sr. Kleber Dias (representante titular: Associação de Desenvolvimento
36 Econômico e Social às Famílias); a Sra. Suzana Yoshiko Sasaki (representante titular dos
37 trabalhadores); a Sra. Lilian Bezerra Fontes S. Duarte (representante titular dos
38 trabalhadores); a Sra. Tereza da Silva Homem (representante titular da SEFAZ); a Sra.
39 Valéria Uchôa (representante titular da SECULT); o Sr. Bruno Rodrigues da Silva
40 (representante suplente dos trabalhadores: Sindserv); e os participantes Isabela,
41 Alessandra, Flávia, Lázaro, Cássia.

42 Eu, Lilian, li a pergunta enviada no *chat* da plataforma, feita pela Sra. Isabela, a fim
43 de saber se os usuários dos serviços, presentes na reunião, poderiam participar / compor
44 alguma comissão. O presidente da sessão informou que os nomes de todos os interessados
45 seriam considerados. Contudo, *a priori*, haveria necessidade de consultar o Regimento
46 Interno para verificar se a questão da paridade entre governo e representantes da
47 sociedade civil estaria sendo cumprida, além da possibilidade de composição por
48 participantes que não sejam os conselheiros. Informou, portanto, que a composição efetiva
49 seria apresentada na próxima ordinária, com as devidas considerações e justificativas, após
50 o referido estudo.

51 Dando sequência, o presidente passou a discorrer sobre o segundo assunto da
52 pauta: composição da Comissão temporária para análise do Regimento Interno do
53 CMAS/SV, lembrando que é uma demanda já provocada em diversas reuniões do conselho,
54 principalmente, pela conselheira Suzana, sendo confirmada a necessidade de
55 reorganização do Regimento Interno, por conta da covid-19, que colocou-nos em situações
56 em que o regimento não contempla, como por exemplo as realizações das reuniões à
57 distância.

58 A Sra. Suzana aproveita para expressar que considera o regimento do CMAS muito
59 “cru”, e que uma das questões de manifestar esta opinião é o fato de o conselho ter feito
60 reuniões remotas (*on-line*) e que, todos os participantes acabam tendo direito a voto.
61 Menciona que o presidente do conselho, Sr. Felipe, algumas vezes, disse que os usuários
62 e participantes podem, inclusive, ter direito a voto e compor comissões, exceto, no caso de
63 modificações do Regimento Interno, devendo ser realizada composição de comissão
64 somente por conselheiros.

65 A conselheira menciona, ainda, que, no seu entendimento, e seguindo o disposto no
66 Regimento Interno, voto caberia tão somente aos conselheiros, mas que entende a
67 importância e é a favor da participação dos usuários.

68 O conselheiro João Carlos reforça que o processo de proposições e recomendações,
69 quanto mais aberto e democrático, melhor. Entretanto, lembra que as deliberações são
70 prerrogativas de conselheiros. Ou seja, quando temos decisões a tomar – considerando
71 todas as contribuições, as mais democráticas possíveis – é prerrogativa daqueles que
72 foram eleitos pela sociedade civil e daqueles que foram nomeados pelo Poder Público,
73 votar. Do contrário, estaríamos descumprindo o Regimento Interno.

74 O Sr. Felipe (presidente do CMAS), traz explicação acerca do assunto, dizendo que
75 desde o início do mandato, por definição em plenária, a participação tem sido realizada de
76 forma aberta e democrática, inclusive para votos. A exemplo, mencionou a Comissão de
77 Inscrição, que nem todos os participantes que a compõem são conselheiros titulares, tendo
78 poder de voz e voto, nunca questionado. Finaliza dizendo que, se a determinação do
79 conselho, a partir de agora, for seguir o regimento “ao pé da letra”, pode ser feita, porém,
80 preocupa o fato do risco de o conselho ficar com as atividades paralisadas por dificilmente
81 haver *quórum* para realizar as diversas deliberações.

82 A Sra. Adriana, presente, pede a palavra se inscrevendo para participar da comissão.
83 O presidente pergunta se mais alguém gostaria de compor tal comissão, sendo que se
84 inscreveram: a Sra. Suzana Yoshiko Sasaki (representante titular dos trabalhadores); a Sra.
85 Adriana; o Sr. Kleber Dias; e, o Sr. Lázaro.

86 Em seguida, a Sra. Irene Dias (SEAS), pediu a palavra informando que encaminhou
87 para o e-mail do CMAS uma apresentação de Relatório Circunstanciado dos atendimentos
88 realizados pelos serviços socioassistenciais, referente ao segundo semestre de dois mil e
89 vinte, elaborado pela equipe de vigilância socioassistencial, passando a apresentar tal
90 relatório. Após a apresentação, o presidente da sessão desculpou-se com a Sra. Irene,
91 pedindo que reencaminhasse o relatório para o e-mail do CMAS, para que tal documento
92 seja disponibilizado aos conselheiros e apresentado na ordinária de março, por tal assunto
93 não estar na pauta da extraordinária podendo o assunto, eventualmente ser de interesse
94 de conselheiros ausentes. A Sra. Irene concordou, dizendo que faria novamente a
95 apresentação.

96 O presidente da sessão passou, portanto, a discutir sobre o terceiro e último assunto
97 da pauta: Composição de Comissão Temporária do Processo de Conferência da
98 Assistência Social, passando a palavra para o Sr. Felipe Galvão.

99 O Sr. Felipe informou que disponibilizará, após a composição da comissão, o
100 relatório da última conferência, para que seja feita uma análise aprofundada das atividades
101 previstas e das propostas levantadas, comparando-as com o que foi efetivamente
102 executado no período. Informou que assim, será possível ter uma base que poderá servir
103 para a próxima conferência, expressando, no entanto, sua preocupação em relação à
104 metodologia da conferência, sobretudo pela questão da pandemia da covid-19.

105 O Sr. Kleber, perguntou, então, quem gostaria de compor a referida comissão, sendo
106 que se inscreveram: Bruno, Lilian, Aldo, Isabela, Adriana, Flávia, Marcos, Lázaro, Tereza,
107 Benedita, Vanessa, Cristiana e Felipe.

108 Finalizados os assuntos da pauta, o presidente da reunião agradece a presença de
109 todos, reforça que todas as dúvidas em relação às composições das reuniões serão
110 dirimidas na reunião ordinária de março, cuja convocação será enviada por e-mail com a
111 proposta de cronograma que será hospedado no site da Prefeitura de São Vicente.
112 Pergunta se alguém gostaria de fazer uso da palavra.

113 O presidente do CMAS, Sr. Felipe, reforça dizendo que além do cronograma, a
114 Secretaria de Planejamento solicitou demais informações que serão disponibilizadas no site
115 como as atas, regimento, processo eleitoral etc. Informa que assim que a 1ª secretária, Sra.
116 Lilian finalizar a elaboração das atas pendentes e, tão logo aprovadas pelo conselho, serão
117 encaminhadas à Seplan.

118 A conselheira Valéria Uchôa, menciona que a Secretária de Cultura de São Vicente,
119 Sra. Elizângela Nobre Bafini, entrou em contato com a SEAS, a fim de, em conjunto,
120 pensarem em estratégias acerca da população em situação de rua, uma vez que alguns
121 espaços culturais da cidade têm servido de espaço para pessoas em situação de rua
122 dormirem. O Sr. Kleber informou que seria interessante que organizemos um momento para
123 que a secretarias apresentem os dados da população em situação de rua, inclusive, quais
124 estratégias estão sendo tomadas pela municipalidade. Menciona, ainda, que quando
125 enviada a convocação da ordinária de março, o convite seja estendido à secretária.

126 A conselheira Suzana informou que a Sra. Aurora, participante da reunião, pode
127 contribuir falando das conferências, uma vez que tem se apropriado muito da formatação e
128 das propostas, de tudo que será produzido nas conferências, nos municípios. Contudo,

129 após iniciar sua fala, por conta de recorrentes oscilações de imagem e áudio, ficara
130 combinado que as informações que a Sra. Aurora possui seriam compartilhadas com os
131 presentes por meio do rupo de *WhatsApp* do CMAS.

132 O presidente da reunião pergunta se mais alguém gostaria de fazer uso da palavra,
133 o que não houve. Assim, o presidente encerra a reunião.

134

135

Lilian Bezerra Fontes Silva Duarte

136

1ª Secretária CMAS.

137 ANEXO I - LISTA DE PRESENÇA

138 REUNIÃO EXTRAORDINARIA 03 DE MARÇO DE 2021

	Representatividade		Nomes	Frequência
	Governo	Titular	Secretaria de Assistência Social	Felipe da Silva Galvão
Suplente		Secretaria de Assistência Social	Solicitada a substituição à secretaria	
Titular		Secretaria de Educação		
Suplente		Secretaria de Educação		
Titular		Secretaria de Saúde		
Suplente		Secretaria de Saúde		
Titular		Secretaria de Cultura	Valéria Uchôa Beranger	
Suplente		Secretaria de Cultura	Solicitada a substituição à secretaria	
Titular		Secretaria de Habitação		
Suplente		Secretaria de Habitação		
Titular		Secretaria de Desenv. Comér., Ind. e Assuntos Portuários		
Suplente		Secretaria de Desenv. Comér., Ind. e Assuntos Portuários		
Titular		Secretaria da Fazenda	Teresa da Silva Homem	
Suplente		Secretaria da Fazenda	Solicitada a substituição à secretaria	
Sociedade Civil	Representatividade		Nomes	Frequência
	Titular	Entidade: Associação de Desenvolvimento Econômico e Social às Famílias (Adesaf)	Kleber Dias	
	Titular	Entidade: Centro de Aprendizagem e Motivação Profissional (CAMP Rio Branco)	Marcia Aparecida Pansarini Dias	
	Titular	Entidade: Instituto Camará Calunga	João Carlos Guilhermino da Franca	
	Suplente	Entidade: Lar de Atendimento de Meninos e Meninas (LAM)	Carla Regina de Oliveira Silva	
	Suplente	Entidade: Casa Crescer e Brilhar	Adonil Terixeira de Paula	
	Suplente	Entidade: Apae São Vicente	Lucia Lela Schissato	
	Titular	Usuário de serviços socioassistenciais	Renata Chemalle Martins	
	Titular	Usuário de serviços socioassistenciais	Jefferson Brunhara Bueno	
	Titular	Usuário de serviços socioassistenciais	Vago	
	Suplente	Usuário de serviços socioassistenciais	Vago	
	Suplente	Usuário de serviços socioassistenciais	Vago	
	Suplente	Usuário de serviços socioassistenciais	Vago	
	Titular	Representação dos Trabalhadores	Lilian Bezerra Fontes S. Duarte	
Titular	Representação dos Trabalhadores	Suzana Yoshiko Sasaki		

	Titular	Representação dos Trabalhadores	Ordália Akie Takeda Ysayama	
	Suplente	Representação dos Trabalhadores	Sindicato de Servidores Públicos Mun. de SV	
	Suplente	Representação dos Trabalhadores	Carolina Fernandes Andrade	
	Suplente	Representação dos Trabalhadores	Vago	
Participantes	Representatividade		Nomes	Frequência

1

2

ATA DA REUNIÃO

3

4

REUNIÃO ORDINARIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO VICENTE REALIZADA, EM 24 DE MARÇO DE 2021.

5

6

Ao trinta e um dias do mês de março de 2021, em primeira chamada às quatorze horas e nove minutos, através de reunião virtual na plataforma “zoom cloud meeting”, realizou-se reunião ordinária do CMAS, conforme registro de presença em instrumental próprio em anexo, para deliberar a seguinte pauta:

10

1)Apreciação e aprovação da ata da reunião ordinária de fevereiro de 201 e da reunião extraordinária (03/03/21); 2) Apresentação e aprovação do relatório circunstanciado da SEAS referente ao segundo semestre de 2020; 3) Apresentação e aprovação da resolução normativa que dispõe do cronograma de reuniões do conselho a partir de abril/2021; 4) Apresentação e aprovação das resoluções normativas que disporão das composições das comissões: a) Comissão temporária do processo eleitoral da representação da sociedade civil no CMAS/SV (gestão 2021/2023), b) Comissão temporária temporária para análise do regimento interno do CMAS/SV, c) Comissão temporária do processo de conferencia municipal de assistência social; 5) Assuntos Gerais.

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

Iniciando a pauta, no primeiro item, o vice-presidente Sr. Kléber sugere a dispensa da leitura das atas, uma vez que estas já foram encaminhadas por e-mail com antecedência para os conselheiros. A conselheira Sra. Suzana refere que não recebeu esse e-mail, e o Sr. Marlon administrativo do conselho encaminha novamente o e-mail para a conselheira. Sra. Alessandra solicita que seja feita a correção no texto do início da ata da reunião extraordinária. Após as colocações, o presidente coloca para aprovação da plenária, sem nenhuma manifestação contrária, as duas atas são aprovadas.

21

22

23

24

25

26

27

28

O presidente informa que será acrescido na pauta um item a pedido da SEAS referente ao PMAS (Plano Municipal de Assistência Social).

29

30

Segundo, no segundo item da pauta a Sra. Irene representante do Dep. De Vigilância Socioassistencial, inicia a apresentação do relatório

31

32 circunstanciado, o qual já foi encaminhado antecipadamente aos conselheiros
33 para apreciação. Sra. Irene então inicia a apresentação pela Proteção Social
34 Básica, onde é visto que o CRAS Parque das Bandeiras teve uma média
35 prevista mensal de 220 atendimentos e uma média de 328 atendimentos
36 executados. Sra. Irene coloca que desde que chegou no departamento
37 apresenta o desejo de realizar algumas modificações no relatório, está em
38 diálogo com a DRADS à respeito disso, inclusive coloca à plenária que aqueles
39 que tiverem sugestões, podem encaminhar por e-mail ao departamento. Dando
40 continuidade, passa para a Proteção Social de Média Complexidade, referente
41 aos CREAS das áreas Insular e Continental, a média prevista mensal de
42 atendimentos para o PAEFI foi 280 e foram executados uma média de 221
43 atendimentos. Esses dados são extraídos do Relatório Mensal de Atividades –
44 RMA, que é encaminhado mensalmente pelas coordenadoras dos serviços.
45 Realizada a leitura dos resultados alcançados durante o período. Já em relação
46 ao atendimentos realizados pelas equipes do MSE (Medidas Socioeducativas)
47 dos dois CREAS Insular e Continental, a média mensal prevista de
48 atendimentos foi 100 e foram executados 155 atendimentos mensais. Sra.
49 Irene explica que os atendimentos das equipes de MSE encontram-se
50 prejudicados, pois faltam alguns profissionais para compor as equipes, tais
51 como advogado, mais uma pedagoga, mais quatro orientadores de medidas.
52 Coloca que o órgão gestor precisa proporcionar maneiras de realização dos
53 atendimentos de forma remota, com a aquisição de materiais como aparelhos
54 de celular, etc. Realizada a leitura dos resultados alcançados. Sr. Kléber
55 questiona então se houve um descumprimento da NOB/RH, devido à ausência
56 destes profissionais. Sra. Irene explica que na verdade todos os serviços da
57 assistência estão operando com as equipes mínimas exigidas pela legislação,
58 inclusive no início da gestão anterior a Sra. Rosana Caruso, enquanto
59 secretária adjunta levou essa necessidade de reposição dos profissionais que
60 se aposentaram ou exoneraram. O presidente lembra que no início da gestão
61 anterior, foi realizado um levantamento na SEAS, onde se obteve a informação
62 de que entre exonerações e aposentadorias, faltavam setenta profissionais.
63 Contudo, em decorrência do limite prudencial do município, da suspensão da
64 realização de concursos públicos por parte do governo federal, se torna muito
65 difícil resolver essa questão. Em 2020 o ministério público entrou com uma

66 ação contra a prefeitura que obrigou a mesma a chamar os profissionais do
67 curso para compor as equipes do MSE. Sra. Irene segue com a apresentação
68 dos demais serviços que integram a proteção social especial de média
69 complexidade. Durante a apresentação, no momento em que a Sra. Irene
70 explana sobre o atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas
71 socioeducativas e suas famílias, realizado pela organização social Alfa e
72 Ômega, onde a média prevista era 300 atendimentos, porém foram executados
73 apenas 60 atendimentos. Sra. Marisa Miotto, realiza alguns questionamentos
74 de forma escrita no chat do aplicativo zoom, referentes ao atendimento desta
75 organização, questiona se realmente este atendimento ocorreu? Uma vez que
76 o número de 60 atendimentos está em desacordo com os números
77 apresentados pelos CREAS.

78 Sra. Lívia coordenadora do CREAS Área Insular esclarece a pergunta
79 feita pela Sra. Marisa explicando que em 2020 o judiciário expediu algumas
80 resoluções que determinavam a suspensão do cumprimento das medidas
81 socioeducativas de forma presencial, desta forma os adolescentes e jovens
82 não poderiam comparecer ao CREAS, tão pouco serem encaminhados para
83 nenhum local, todos os contatos foram efetuados de maneira remota, através
84 de chamadas telefônicas, uma vez que o serviço não dispõe de aparelho
85 celular para realização de vídeo-chamadas, inclusive ressalta que as técnicas
86 fizeram uso de seus aparelhos particulares para alguns casos. Já em relação
87 às mulheres vítimas de violência, todas que realizam registro de boletim de
88 ocorrência da Delegacia de Defesa da Mulher, os endereços dos CREAS vem
89 escritos no próprio boletim, em relação à busca ativa esse trabalho também é
90 realizado, no que se refere à diminuição dos números se deve ao fato do
91 serviço evitar aglomerações e poupar os usuários da exposição ao vírus ao
92 saírem de suas casas; contudo, a redução foi pouca comparado ao período
93 “normal” de atendimento. Existem também os casos das mulheres que não
94 desejam receber o atendimento, o serviço respeita a decisão da mulher e fica à
95 disposição para recebê-la no momento que a mesma se sentir preparada para
96 buscar o atendimento.

97 Sra. Irene continua a apresentação do relatório agora refere à proteção
98 social especial de alta complexidade, no item que se refere às Insituições de

99 Longa Permanência para Idosos – ILPI's apresenta o número total de vagas
100 pactadas pelo convênio que são 71, sendo divididas da seguinte forma, 50
101 vagas para o Lar de Amparo ao Idoso e 21 vagas para o Lar Vicentino. Durante
102 o período de seis meses a média de atendimentos executada foram 207,
103 apresentados os resultados obtidos no semestre pelas duas instituições. O
104 presidente então questiona a quantidade executada, pois da maneira como foi
105 preenchida fica parecendo que houve uma grande rotatividade. Sra. Irene
106 explica que de fato houve um erro técnico no preenchimento da média
107 executada, chegando ao número de 69 atendimentos mensais durante o
108 período. Sr. Rodrigo presidente do Lar de Amparo ao Idoso solicita a palavra e
109 coloca uma sugestão de proposta de ampliação de vagas para o ano de 2021,
110 tendo em vista que o Lar de Amparo já está na sua capacidade total e
111 permanece recebendo solicitações de vagas constantemente, inclusive com um
112 acréscimo em virtude da pandemia, por exemplo, nos três primeiros meses a
113 instituição recebeu oito pedidos de inclusão de idosos. Finalizando, Sra. Irene
114 apresenta os dados referentes à Residência Inclusiva, a média prevista foram
115 10 atendimentos e a média executada foram 06 atendimentos, explana também
116 sobre os resultados obtidos no semestre.

117 Sra. Alessandra pede a palavra e coloca uma questão referente ao
118 atendimento de medidas socioeducativas, pois houve um chamamento público
119 no início do ano de 2020 para este atendimento, porém com a pandemia não
120 foi possível fazer. Então como fica a questão do recurso, pois foi um valor bem
121 considerável, e não ocorreram os atendimentos? O presidente então explica
122 que houveram os atendimentos, foi realizada uma média de 60 atendimentos, o
123 presidente pergunta se a questão é em relação a este atendimento ou aos
124 atendimentos dos CREAS? Sra. Alessandra explica que a questão é referente
125 ao chamamento público para a parceria com a instituição Alfa e Ômega para a
126 execução de atividades com os adolescentes em cumprimento de medidas
127 socioeducativas atendidos pelos CREAS. Devido a pandemia e o fato do
128 atendimento não ser obrigatório conforme mencionado pela Sra. Lívia, como
129 fica essa questão? Pois a pandemia realmente impediu e atrapalhou muito,
130 porém as instituições buscaram maneiras de se adaptar e continuar os nossos
131 atendimentos. Sra. Alessandra coloca ainda que se recorda que acompanhou o

132 processo do chamamento público desde o início e por isso questiona como fica
133 a questão da verba? Sra. Irene pergunta a título de esclarecimento, se essa
134 verba continua o mesmo valor tendo em vista a diminuição dos atendimentos?
135 Sra. Alessandra coloca que é exatamente essa pergunta que deseja saber,
136 pois uma vez que a proposta é atender 300 adolescentes e são atendidos
137 apenas 60, como fica essa questão do recurso? Sra. Irene tenta elucidar
138 fazendo uma menção a como funciona essa questão do recurso nos serviços
139 de acolhimento, cita o exemplo da Casa de Passagem para Crianças e
140 Adolescentes, o serviço recebe recurso para realizar 10 atendimentos mensais,
141 porém algumas atende apenas 05 crianças ou adolescentes, mesmo assim,
142 permanece recebendo o recurso de forma integral.

143 O presidente então se coloca enquanto gestão (diretoria da média
144 complexidade em 2020), momento onde foi pactuado convênio com a
145 instituição para o atendimento dos adolescentes em cumprimento de medidas
146 socioeducativas. Explica que a gestão municipal anterior diante da necessidade
147 durante o contexto da pandemia, e diante da suspensão do cumprimento das
148 medidas de forma presencial pelo poder judiciário, optou por utilizar o trabalho
149 da instituição Alfa e Ômega no gerenciamento do acolhimento emergencial
150 para as pessoas em situação de rua, redirecionando assim o recurso.

151 Sra. Irene então sugere que essa informação deve ser inserida no
152 relatório circunstanciado, pois no relatório encaminhado pela instituição Alfa e
153 Ômega tal informação não consta. Contudo, deve ser refeito o relatório,
154 apresentando essa informação sobre o redirecionamento do recurso e da ação
155 realizada. O presidente coloca que essa retificação deverá ser feita e
156 apresentada para a plenária na próxima reunião. Sr. Marcos representante da
157 organização Alfa e Ômega reafirma a fala do presidente e coloca que no dia
158 18/03/2020 a instituição assinou o contrato e no dia 23/03/2020 iniciou a
159 questão da pandemia, com isso o trabalho foi redirecionado para o acolhimento
160 emergencial, esclarece que a todo momento permanecia o diálogo com o
161 Felipe, enquanto diretor da média complexidade para saber sobre o retorno do
162 atendimento por parte dos CREAS referente aos adolescentes em
163 cumprimento de medidas socioeducativa. Sendo que no segundo semestre foi
164 possível receber alguns adolescentes para atendimento; a questão é que

165 alguns adolescentes foram à instituição, porém com a mudança constante das
166 fases da pandemia em nosso estado houve temor por parte de alguns, bem
167 como dificuldades para aproximação através de contato telefônico, etc. Sr.
168 Marcos se coloca à disposição para quaisquer dúvidas que possam surgir e se
169 compromete a repassar a informação à vigilância socioassistencial para que
170 seja refeito o relatório circunstanciado. Estabelecido que na próxima reunião
171 será apresentada a retificação referente ao atendimento realizado pela
172 organização Alfa e Ômega.

173 Continuando a reunião, a comissão de inscrição apresenta o trabalho
174 realizado durante o mês, desta vez a comissão elaborou uma apresentação
175 gráfica para facilitar a compreensão da plenária. Sra. Lilian inicia explicando
176 que as imagens estão divididas em blocos, sendo o primeiro referente ao ano
177 de 2020, ressaltando que primeiro estão abordando este período, pois
178 observaram muitos questionamentos por parte das instituições referente as
179 suas inscrições do ano passado. Reafirma a questão do prazo para renovação
180 (abril) e coloca sobre a prorrogação deste prazo (setembro). Explica que em
181 2021 até o presente momento, não houve nenhuma informação por parte do
182 CNAS referente à prorrogação do prazo de renovação. Seguem apresentando
183 as tabelas, sendo a primeira com as instituições que tiveram suas inscrições
184 aprovadas, na segunda são apresentadas as instituições que tiveram suas
185 inscrições indeferidas e na terceira as instituições que ficaram sem renovar
186 suas inscrições em 2020. Sra. Lilian ressalta ainda que no final do ano passado
187 a comissão fez um relatório contendo as informações do trabalho realizado
188 durante todo o ano, sendo entregue a mesa diretora para ser encaminhado aos
189 conselheiros junto a ata de dezembro/2020.

190 Sra. Irene aproveita o momento da apresentação da comissão e solicita
191 que seja encaminhado a vigilância uma cópia do plano de trabalho e do
192 certificado de inscrição, pois esta informação auxiliará no processo de cadastro
193 das instituições no CNEAS.

194 Sr. Kléber pede a palavra e questiona se alguma dessas instituições que
195 tiveram suas inscrições indeferidas em 2020 já eram inscritas no conselho?
196 Sra. Lilian explica que não, todas as instituições estavam solicitando a inscrição
197 pela primeira vez. Sr. Kléber então analisa e coloca que referente as

198 instituições que já são inscritas no conselho, caso tenham seu pedido de
199 renovação de inscrição indeferidos, eles podem ter sua inscrição prorrogada?
200 Isso acontece? Sra. Lilian explica que a comissão não possui essa informação,
201 quem poderia responder essa pergunta seria o presidente do conselho ou
202 mesmo ela deve estar contida no regimento interno. Inclusive caso essa
203 informação não se encontre no regimento interno, seria importante rever o
204 documento para sua inclusão. Ressalta ainda sobre o papel da comissão e
205 quais os critérios para o indeferimento de uma inscrição, que em resumo são a
206 ausência de documentação e as ações estarem em desacordo com a política
207 nacional de assistência social (tipificação nacional dos serviços
208 socioassistenciais). Sra. Lilian finaliza apresentando as duas instituições que
209 não renovaram a inscrição em 2020 que são Lar Vicentino e Lar de Amparo ao
210 Idoso, sendo as duas IIPI's que possuem convênio com a prefeitura/SEAS,
211 inclusive foram citadas no relatório circunstanciado. Contudo, a comissão teve
212 o seguinte procedimento, assim que observada a ausência de renovação da
213 inscrição, a comissão informou à mesa diretora do conselho, o qual
214 imediatamente informou à SEAS para que sejam tomadas as devidas
215 providências. Em relação à 2021, até o momento a comissão recebeu o pedido
216 de inscrição de cinco instituições, incluindo Lar Vicentino (em análise) e Lar de
217 Amparo ao Idoso (em análise), bem como o LAM (sugestão-deferimento),
218 Associação Filhos de Aruanda (sugestão-indeferimento) e Alfa e Ômega (em
219 análise). Cabe ressaltar que já foram realizadas reuniões virtuais para
220 orientação com o Lar Vicentino, Associação Filhos de Aruanda e LAM.

221 Após apresentação da comissão, Sra. Alessandra, integrante da mesma,
222 reforça a importância tanto para os trabalhos da comissão quanto para os
223 trabalhos do conselho, a existência do/a secretário/a executiva. Inclusive pelo
224 fato de que devido à esta ausência a comissão tem realizado algumas funções
225 além do seu papel, especialmente no que se refere às reuniões de orientação
226 com as instituições. Ressalta também que a comissão tem observado que as
227 instituições tem deixado de encaminhar algumas informações básicas junto a
228 sua documentação, por exemplo, nos relatórios de atividades, não tem
229 mandado a listagem com identificação dos atendidos, e isso acaba
230 atrapalhando o processo de análise.

231 Sra. Irene pede a palavra e coloca duas questões, a primeira como o
232 exemplo da Casa das Anas que teve a inscrição indeferida no ano passado, é
233 muito delicada a situação de existir um chamamento público onde uma
234 instituição/organização é escolhida, inicia um trabalho no município, porém não
235 está inscrita neste conselho ou no CMDCA. E a segunda questão é se a
236 comissão acatou sua solicitação do envio das informações à vigilância? Sra.
237 Alessandra explica que em relação à Casa das Anas, foi colocado na tabela
238 como indeferida a inscrição tendo em vista que não houve uma finalização do
239 processo de análise, uma vez que a instituição foi orientada em reunião quanto
240 às adequações que eram necessárias na documentação, porém a comissão
241 não recebeu outros documentos readequados até o final do ano. Já em relação
242 à informação para a vigilância, a comissão está de acordo, porém este papel é
243 da secretaria executiva do conselho, tanto é que o entendimento era de que
244 esta comunicação já existia.

245 O presidente coloca que a função do secretário executivo existe no
246 regimento interno, porém como este documento é antigo, consta que esta
247 função deve ser exercida por um servidor municipal, assistente social. Por este
248 motivo, é de extrema importância a revisão do regimento. Reafirma, a questão
249 da falta de profissionais na SEAS e mesmo diante dessa realidade a mesa
250 diretora, juntamente com o administrativo do conselho tem tentado atender as
251 instituições de maneira ágil. Entretanto, observa que algumas instituições
252 demonstram o desejo por uma assessoria, trabalho que não é função deste
253 conselho, tão pouco da comissão. Em relação à questão colocada pela Sra.
254 Irene sobre a informação, o presidente afirma que todas as atas aprovadas
255 estão disponíveis para toda SEAS, bem como, logo estarão disponíveis no site
256 da prefeitura. Colocado à plenária para manifestação e votação acerca das
257 sugestões da comissão, sendo aprovadas.

258 Seguindo com a pauta, no item terceiro, onde trata sobre resolução
259 normativa que dispõe o cronograma de reuniões do conselho para o presente
260 ano, realizada a leitura da resolução para a plenária, colocado para a
261 manifestação e votação, sendo aprovado sem ressalvas.

262 Em seguida, no quarto item da pauta, serão abordadas as questões
263 vinculadas à formação das comissões temáticas para o processo eleitoral, a

264 revisão do regimento interno e a conferência municipal de assistência social.
265 Conforme estabelecido, em resposta ao questionamento se os participantes
266 que não são conselheiros poderiam participar das comissões e ter direito à
267 voto? Realizada uma consulta ao regimento interno, onde fica claro que apenas
268 os conselheiros possuem direito à voto, porém os demais podem sim participar
269 e contribuir com os trabalhos das comissões. Por este motivo, as resoluções
270 normativas referentes as comissões serão publicadas apenas com os nomes
271 dos conselheiros. As resoluções foram colocadas para manifestação e votação
272 da plenária, sendo aprovadas sem ressalvas.

273 No quinto item da pauta, nos assuntos gerais, a Sra. Marcia Barros,
274 integrante do FORTSUAS, faz uma colocação sobre a conferência, ressalta a
275 importância da participação de todos na conferência nacional que tem como
276 tema “A Assistência Social como Direito do Povo e Dever do Estado com
277 Financiamento Público, enfrentando desigualdades e garantindo a proteção
278 social”, discussão que tem ocorrido de forma ampliada em diversos espaços
279 relacionados ao SUAS, o FORTSUAS declara seu apoio ao município de São
280 Vicente para que consigam fazer suas resoluções objetivando a execução da
281 lei municipal e a criação de serviços socioassistenciais. Sra. Aurora, também
282 integrante do FORTSUAS, faz o convite para o segundo debate virtual sobre a
283 conferência com a professora Abigail Torres no dia 27/04 às 14hs.

284 Sr. Aldo coloca duas questões, a primeira é referente a informação
285 referente a nova composição da gestão da SEAS, com o envio de uma lista
286 nominal com os responsáveis de cada proteção. A segunda questão é
287 referente a nova composição do conselho.

288 O presidente esclarece que referente à secretaria, o conselho fará uma
289 solicitação e assim que obtiver um retorno da SEAS, disponibilizará a
290 informação no grupo ou no e-mail. Já no que se refere ao conselho o
291 administrativo enviará a informação sobre a nova composição por e-mail.

292 Sra. Alessandra retorna no tema da comissão de inscrição, coloca que
293 sempre teve clareza quanto a questão do voto ser atribuição exclusiva dos
294 conselheiros e reafirma a importância de mais conselheiros participarem das
295 comissões, até porque no caso da comissão de inscrição, a mesma é

296 composta por quatro membros e possui uma grande demanda de trabalho,
297 especialmente neste período de renovação.

298 Sr. Aldo coloca que é importante a reflexão dos membros da comissão
299 do regimento interno para que seja considerada a participação dos atores que
300 conduzem a política social no município no que abrange a questão dos votos.

301 Sra. Suzana ressalta a importância dos conselheiros, especialmente os
302 indicados pelo governo priorizar a participação nas reuniões do conselho, pois
303 uma vez que assumiram o compromisso, não podem ficar justificando a
304 ausência constantemente.

305 Sra. Lilian coloca que uma grande lacuna existente no conselho são os
306 representantes governamentais, esses conselheiros indicados por outras
307 secretarias são responsáveis pela maior parte das ausências nas reuniões.

308 O presidente coloca que essa questão surge em outros conselhos de
309 direitos e inclusive em virtude disso, outros conselhos fizeram revisão em seus
310 regimentos internos alterando a questão da paridade, dando assim
311 oportunidade de maior participação da sociedade civil; deixando a sugestão de
312 reflexão por parte da comissão do regimento interno deste conselho.

313 Sr. Jeferson coloca em relação a participação, questiona se o CMAS não
314 foi criado por um decreto municipal? Caso positivo, não teria que primeiro
315 alterar o decreto, antes de mexer no regimento interno? O presidente explica
316 que não, pois como é um conselho deliberativo que fiscaliza o poder público e
317 tem ordenação sobre o fundo municipal de assistência, o próprio regimento
318 interno pode determinar essa diretriz; o que o conselho não pode é no
319 regimento interno alterar a função do conselho de deliberativo para consultivo,
320 neste caso se faz necessário o decreto, para as demais questões o regimento
321 interno pode determinar. Sr. Jeferson então se coloca à disposição para
322 compor a comissão do regimento interno; aproveita o momento e já informa
323 que não participará da próxima eleição como representante dos usuários, pois
324 não acha justo ocupar essa vaga, uma vez que agora faz parte do governo
325 municipal.

326 Sra. Valéria coloca que em nome da secretária municipal de cultura a
327 Sra. Elizângela Bafini, vem novamente abordar a questão das pessoas em
328 situação de rua e como a secretaria de cultura pode estar colaborando com a
329 SEAS, quais ações podem estar sendo realizadas em conjunto? Referente ao
330 setor do artesanato, observa-se que muitos artesãos desconhecem os serviços
331 da assistência social, alguns inclusive necessitam de um suporte. Por isso seria
332 importante saber como o trabalho em conjunto pode ser desenvolvido com este
333 público dos artesãos?

334 O presidente explica que essa colocação já foi repassada ao secretário
335 para que possa estar articulando melhor as propostas junto a secretaria de
336 cultura.

337 Finalizando o último item da pauta, o presidente encerra a reunião.

338

339 Lilian Bezerra Fontes Silva Duarte

340 1ª Secretária CMAS.

Convocação
Reunião Ordinária

O Conselho-Diretor do **Conselho Municipal de Assistência Social de São Vicente (CMAS)**, convoca seus representantes e convida os demais interessados para **Reunião Ordinária** a ser realizada em **24 de março de 2021**, às **14h00**, por meio da plataforma ZOOM, cujo *link* será encaminhado minutos antes do início da reunião virtual.

Pauta:

1. Apreciação e aprovação da Ata de Reunião Ordinária de fevereiro de 2021 e da Ata de Reunião Extraordinária (03/03/2021);
2. Apresentação e aprovação de Relatório Circunstanciado da Seas, referente ao segundo semestre de 2020;
3. Apresentação e aprovação da Resolução Normativa, que dispõe do cronograma de reuniões do CMAS a partir de abril de 2021;
4. Apresentação e aprovação das Resoluções Normativas que disporão das composições das comissões: a) Comissão Temporária do Processo Eleitoral da Representação da Sociedade Civil no CMAS/SV (gestão 2021/2023); b) Composição de Comissão temporária para análise do Regimento Interno do CMAS/SV; e, c) Composição de Comissão Temporária do Processo de Conferência da Assistência Social;
5. Assuntos gerais.

Certos de contarmos com vossa presença, agradecemos, antecipadamente.

São Vicente, 12 de março de 2021.

Felipe Silva Galvão
Presidente do CMAS/SV

1

2

ATA DA REUNIÃO

3

4

REUNIÃO ORDINARIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO VICENTE REALIZADA, EM 24 DE MARÇO DE 2021.

5

6

Ao trinta e um dias do mês de março de 2021, em primeira chamada às quatorze horas e nove minutos, através de reunião virtual na plataforma “zoom cloud meeting”, realizou-se reunião ordinária do CMAS, conforme registro de presença em instrumental próprio em anexo, para deliberar a seguinte pauta:

10

1)Apreciação e aprovação da ata da reunião ordinária de fevereiro de 201 e da reunião extraordinária (03/03/21); 2) Apresentação e aprovação do relatório circunstanciado da SEAS referente ao segundo semestre de 2020; 3) Apresentação e aprovação da resolução normativa que dispõe do cronograma de reuniões do conselho a partir de abril/2021; 4) Apresentação e aprovação das resoluções normativas que disporão das composições das comissões: a) Comissão temporária do processo eleitoral da representação da sociedade civil no CMAS/SV (gestão 2021/2023), b) Comissão temporária temporária para análise do regimento interno do CMAS/SV, c) Comissão temporária do processo de conferencia municipal de assistência social; 5) Assuntos Gerais.

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

Iniciando a pauta, no primeiro item, o vice-presidente Sr. Kléber sugere a dispensa da leitura das atas, uma vez que estas já foram encaminhadas por e-mail com antecedência para os conselheiros. A conselheira Sra. Suzana refere que não recebeu esse e-mail, e o Sr. Marlon administrativo do conselho encaminha novamente o e-mail para a conselheira. Sra. Alessandra solicita que seja feita a correção no texto do início da ata da reunião extraordinária. Após as colocações, o presidente coloca para aprovação da plenária, sem nenhuma manifestação contrária, as duas atas são aprovadas.

21

22

23

24

25

26

27

28

O presidente informa que será acrescido na pauta um item a pedido da SEAS referente ao PMAS (Plano Municipal de Assistência Social).

29

30

Segundo, no segundo item da pauta a Sra. Irene representante do Dep. De Vigilância Socioassistencial, inicia a apresentação do relatório

31

32 circunstanciado, o qual já foi encaminhado antecipadamente aos conselheiros
33 para apreciação. Sra. Irene então inicia a apresentação pela Proteção Social
34 Básica, onde é visto que o CRAS Parque das Bandeiras teve uma média
35 prevista mensal de 220 atendimentos e uma média de 328 atendimentos
36 executados. Sra. Irene coloca que desde que chegou no departamento
37 apresenta o desejo de realizar algumas modificações no relatório, está em
38 diálogo com a DRADS à respeito disso, inclusive coloca à plenária que aqueles
39 que tiverem sugestões, podem encaminhar por e-mail ao departamento. Dando
40 continuidade, passa para a Proteção Social de Média Complexidade, referente
41 aos CREAS das áreas Insular e Continental, a média prevista mensal de
42 atendimentos para o PAEFI foi 280 e foram executados uma média de 221
43 atendimentos. Esses dados são extraídos do Relatório Mensal de Atividades –
44 RMA, que é encaminhado mensalmente pelas coordenadoras dos serviços.
45 Realizada a leitura dos resultados alcançados durante o período. Já em relação
46 ao atendimentos realizados pelas equipes do MSE (Medidas Socioeducativas)
47 dos dois CREAS Insular e Continental, a média mensal prevista de
48 atendimentos foi 100 e foram executados 155 atendimentos mensais. Sra.
49 Irene explica que os atendimentos das equipes de MSE encontram-se
50 prejudicados, pois faltam alguns profissionais para compor as equipes, tais
51 como advogado, mais uma pedagoga, mais quatro orientadores de medidas.
52 Coloca que o órgão gestor precisa proporcionar maneiras de realização dos
53 atendimentos de forma remota, com a aquisição de materiais como aparelhos
54 de celular, etc. Realizada a leitura dos resultados alcançados. Sr. Kléber
55 questiona então se houve um descumprimento da NOB/RH, devido à ausência
56 destes profissionais. Sra. Irene explica que na verdade todos os serviços da
57 assistência estão operando com as equipes mínimas exigidas pela legislação,
58 inclusive no início da gestão anterior a Sra. Rosana Caruso, enquanto
59 secretária adjunta levou essa necessidade de reposição dos profissionais que
60 se aposentaram ou exoneraram. O presidente lembra que no início da gestão
61 anterior, foi realizado um levantamento na SEAS, onde se obteve a informação
62 de que entre exonerações e aposentadorias, faltavam setenta profissionais.
63 Contudo, em decorrência do limite prudencial do município, da suspensão da
64 realização de concursos públicos por parte do governo federal, se torna muito
65 difícil resolver essa questão. Em 2020 o ministério público entrou com uma

66 ação contra a prefeitura que obrigou a mesma a chamar os profissionais do
67 curso para compor as equipes do MSE. Sra. Irene segue com a apresentação
68 dos demais serviços que integram a proteção social especial de média
69 complexidade. Durante a apresentação, no momento em que a Sra. Irene
70 explana sobre o atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas
71 socioeducativas e suas famílias, realizado pela organização social Alfa e
72 Ômega, onde a média prevista era 300 atendimentos, porém foram executados
73 apenas 60 atendimentos. Sra. Marisa Miotto, realiza alguns questionamentos
74 de forma escrita no chat do aplicativo zoom, referentes ao atendimento desta
75 organização, questiona se realmente este atendimento ocorreu? Uma vez que
76 o número de 60 atendimentos está em desacordo com os números
77 apresentados pelos CREAS.

78 Sra. Lívia coordenadora do CREAS Área Insular esclarece a pergunta
79 feita pela Sra. Marisa explicando que em 2020 o judiciário expediu algumas
80 resoluções que determinavam a suspensão do cumprimento das medidas
81 socioeducativas de forma presencial, desta forma os adolescentes e jovens
82 não poderiam comparecer ao CREAS, tão pouco serem encaminhados para
83 nenhum local, todos os contatos foram efetuados de maneira remota, através
84 de chamadas telefônicas, uma vez que o serviço não dispõe de aparelho
85 celular para realização de vídeo-chamadas, inclusive ressalta que as técnicas
86 fizeram uso de seus aparelhos particulares para alguns casos. Já em relação
87 às mulheres vítimas de violência, todas que realizam registro de boletim de
88 ocorrência da Delegacia de Defesa da Mulher, os endereços dos CREAS vem
89 escritos no próprio boletim, em relação à busca ativa esse trabalho também é
90 realizado, no que se refere à diminuição dos números se deve ao fato do
91 serviço evitar aglomerações e poupar os usuários da exposição ao vírus ao
92 saírem de suas casas; contudo, a redução foi pouca comparado ao período
93 “normal” de atendimento. Existem também os casos das mulheres que não
94 desejam receber o atendimento, o serviço respeita a decisão da mulher e fica à
95 disposição para recebê-la no momento que a mesma se sentir preparada para
96 buscar o atendimento.

97 Sra. Irene continua a apresentação do relatório agora refere à proteção
98 social especial de alta complexidade, no item que se refere às Insituições de

99 Longa Permanência para Idosos – ILPI's apresenta o número total de vagas
100 pactadas pelo convênio que são 71, sendo divididas da seguinte forma, 50
101 vagas para o Lar de Amparo ao Idoso e 21 vagas para o Lar Vicentino. Durante
102 o período de seis meses a média de atendimentos executada foram 207,
103 apresentados os resultados obtidos no semestre pelas duas instituições. O
104 presidente então questiona a quantidade executada, pois da maneira como foi
105 preenchida fica parecendo que houve uma grande rotatividade. Sra. Irene
106 explica que de fato houve um erro técnico no preenchimento da média
107 executada, chegando ao número de 69 atendimentos mensais durante o
108 período. Sr. Rodrigo presidente do Lar de Amparo ao Idoso solicita a palavra e
109 coloca uma sugestão de proposta de ampliação de vagas para o ano de 2021,
110 tendo em vista que o Lar de Amparo já está na sua capacidade total e
111 permanece recebendo solicitações de vagas constantemente, inclusive com um
112 acréscimo em virtude da pandemia, por exemplo, nos três primeiros meses a
113 instituição recebeu oito pedidos de inclusão de idosos. Finalizando, Sra. Irene
114 apresenta os dados referentes à Residência Inclusiva, a média prevista foram
115 10 atendimentos e a média executada foram 06 atendimentos, explana também
116 sobre os resultados obtidos no semestre.

117 Sra. Alessandra pede a palavra e coloca uma questão referente ao
118 atendimento de medidas socioeducativas, pois houve um chamamento público
119 no início do ano de 2020 para este atendimento, porém com a pandemia não
120 foi possível fazer. Então como fica a questão do recurso, pois foi um valor bem
121 considerável, e não ocorreram os atendimentos? O presidente então explica
122 que houveram os atendimentos, foi realizada uma média de 60 atendimentos, o
123 presidente pergunta se a questão é em relação a este atendimento ou aos
124 atendimentos dos CREAS? Sra. Alessandra explica que a questão é referente
125 ao chamamento público para a parceria com a instituição Alfa e Ômega para a
126 execução de atividades com os adolescentes em cumprimento de medidas
127 socioeducativas atendidos pelos CREAS. Devido a pandemia e o fato do
128 atendimento não ser obrigatório conforme mencionado pela Sra. Lívia, como
129 fica essa questão? Pois a pandemia realmente impediu e atrapalhou muito,
130 porém as instituições buscaram maneiras de se adaptar e continuar os nossos
131 atendimentos. Sra. Alessandra coloca ainda que se recorda que acompanhou o

132 processo do chamamento público desde o início e por isso questiona como fica
133 a questão da verba? Sra. Irene pergunta a título de esclarecimento, se essa
134 verba continua o mesmo valor tendo em vista a diminuição dos atendimentos?
135 Sra. Alessandra coloca que é exatamente essa pergunta que deseja saber,
136 pois uma vez que a proposta é atender 300 adolescentes e são atendidos
137 apenas 60, como fica essa questão do recurso? Sra. Irene tenta elucidar
138 fazendo uma menção a como funciona essa questão do recurso nos serviços
139 de acolhimento, cita o exemplo da Casa de Passagem para Crianças e
140 Adolescentes, o serviço recebe recurso para realizar 10 atendimentos mensais,
141 porém algumas atende apenas 05 crianças ou adolescentes, mesmo assim,
142 permanece recebendo o recurso de forma integral.

143 O presidente então se coloca enquanto gestão (diretoria da média
144 complexidade em 2020), momento onde foi pactuado convênio com a
145 instituição para o atendimento dos adolescentes em cumprimento de medidas
146 socioeducativas. Explica que a gestão municipal anterior diante da necessidade
147 durante o contexto da pandemia, e diante da suspensão do cumprimento das
148 medidas de forma presencial pelo poder judiciário, optou por utilizar o trabalho
149 da instituição Alfa e Ômega no gerenciamento do acolhimento emergencial
150 para as pessoas em situação de rua, redirecionando assim o recurso.

151 Sra. Irene então sugere que essa informação deve ser inserida no
152 relatório circunstanciado, pois no relatório encaminhado pela instituição Alfa e
153 Ômega tal informação não consta. Contudo, deve ser refeito o relatório,
154 apresentando essa informação sobre o redirecionamento do recurso e da ação
155 realizada. O presidente coloca que essa retificação deverá ser feita e
156 apresentada para a plenária na próxima reunião. Sr. Marcos representante da
157 organização Alfa e Ômega reafirma a fala do presidente e coloca que no dia
158 18/03/2020 a instituição assinou o contrato e no dia 23/03/2020 iniciou a
159 questão da pandemia, com isso o trabalho foi redirecionado para o acolhimento
160 emergencial, esclarece que a todo momento permanecia o diálogo com o
161 Felipe, enquanto diretor da média complexidade para saber sobre o retorno do
162 atendimento por parte dos CREAS referente aos adolescentes em
163 cumprimento de medidas socioeducativa. Sendo que no segundo semestre foi
164 possível receber alguns adolescentes para atendimento; a questão é que

165 alguns adolescentes foram à instituição, porém com a mudança constante das
166 fases da pandemia em nosso estado houve temor por parte de alguns, bem
167 como dificuldades para aproximação através de contato telefônico, etc. Sr.
168 Marcos se coloca à disposição para quaisquer dúvidas que possam surgir e se
169 compromete a repassar a informação à vigilância socioassistencial para que
170 seja refeito o relatório circunstanciado. Estabelecido que na próxima reunião
171 será apresentada a retificação referente ao atendimento realizado pela
172 organização Alfa e Ômega.

173 Continuando a reunião, a comissão de inscrição apresenta o trabalho
174 realizado durante o mês, desta vez a comissão elaborou uma apresentação
175 gráfica para facilitar a compreensão da plenária. Sra. Lilian inicia explicando
176 que as imagens estão divididas em blocos, sendo o primeiro referente ao ano
177 de 2020, ressaltando que primeiro estão abordando este período, pois
178 observaram muitos questionamentos por parte das instituições referente as
179 suas inscrições do ano passado. Reafirma a questão do prazo para renovação
180 (abril) e coloca sobre a prorrogação deste prazo (setembro). Explica que em
181 2021 até o presente momento, não houve nenhuma informação por parte do
182 CNAS referente à prorrogação do prazo de renovação. Seguem apresentando
183 as tabelas, sendo a primeira com as instituições que tiveram suas inscrições
184 aprovadas, na segunda são apresentadas as instituições que tiveram suas
185 inscrições indeferidas e na terceira as instituições que ficaram sem renovar
186 suas inscrições em 2020. Sra. Lilian ressalta ainda que no final do ano passado
187 a comissão fez um relatório contendo as informações do trabalho realizado
188 durante todo o ano, sendo entregue a mesa diretora para ser encaminhado aos
189 conselheiros junto a ata de dezembro/2020.

190 Sra. Irene aproveita o momento da apresentação da comissão e solicita
191 que seja encaminhado a vigilância uma cópia do plano de trabalho e do
192 certificado de inscrição, pois esta informação auxiliará no processo de cadastro
193 das instituições no CNEAS.

194 Sr. Kléber pede a palavra e questiona se alguma dessas instituições que
195 tiveram suas inscrições indeferidas em 2020 já eram inscritas no conselho?
196 Sra. Lilian explica que não, todas as instituições estavam solicitando a inscrição
197 pela primeira vez. Sr. Kléber então analisa e coloca que referente as

198 instituições que já são inscritas no conselho, caso tenham seu pedido de
199 renovação de inscrição indeferidos, eles podem ter sua inscrição prorrogada?
200 Isso acontece? Sra. Lilian explica que a comissão não possui essa informação,
201 quem poderia responder essa pergunta seria o presidente do conselho ou
202 mesmo ela deve estar contida no regimento interno. Inclusive caso essa
203 informação não se encontre no regimento interno, seria importante rever o
204 documento para sua inclusão. Ressalta ainda sobre o papel da comissão e
205 quais os critérios para o indeferimento de uma inscrição, que em resumo são a
206 ausência de documentação e as ações estarem em desacordo com a política
207 nacional de assistência social (tipificação nacional dos serviços
208 socioassistenciais). Sra. Lilian finaliza apresentando as duas instituições que
209 não renovaram a inscrição em 2020 que são Lar Vicentino e Lar de Amparo ao
210 Idoso, sendo as duas IIPI's que possuem convênio com a prefeitura/SEAS,
211 inclusive foram citadas no relatório circunstanciado. Contudo, a comissão teve
212 o seguinte procedimento, assim que observada a ausência de renovação da
213 inscrição, a comissão informou à mesa diretora do conselho, o qual
214 imediatamente informou à SEAS para que sejam tomadas as devidas
215 providências. Em relação à 2021, até o momento a comissão recebeu o pedido
216 de inscrição de cinco instituições, incluindo Lar Vicentino (em análise) e Lar de
217 Amparo ao Idoso (em análise), bem como o LAM (sugestão-deferimento),
218 Associação Filhos de Aruanda (sugestão-indeferimento) e Alfa e Ômega (em
219 análise). Cabe ressaltar que já foram realizadas reuniões virtuais para
220 orientação com o Lar Vicentino, Associação Filhos de Aruanda e LAM.

221 Após apresentação da comissão, Sra. Alessandra, integrante da mesma,
222 reforça a importância tanto para os trabalhos da comissão quanto para os
223 trabalhos do conselho, a existência do/a secretário/a executiva. Inclusive pelo
224 fato de que devido à esta ausência a comissão tem realizado algumas funções
225 além do seu papel, especialmente no que se refere às reuniões de orientação
226 com as instituições. Ressalta também que a comissão tem observado que as
227 instituições tem deixado de encaminhar algumas informações básicas junto a
228 sua documentação, por exemplo, nos relatórios de atividades, não tem
229 mandado a listagem com identificação dos atendidos, e isso acaba
230 atrapalhando o processo de análise.

231 Sra. Irene pede a palavra e coloca duas questões, a primeira como o
232 exemplo da Casa das Anas que teve a inscrição indeferida no ano passado, é
233 muito delicada a situação de existir um chamamento público onde uma
234 instituição/organização é escolhida, inicia um trabalho no município, porém não
235 está inscrita neste conselho ou no CMDCA. E a segunda questão é se a
236 comissão acatou sua solicitação do envio das informações à vigilância? Sra.
237 Alessandra explica que em relação à Casa das Anas, foi colocado na tabela
238 como indeferida a inscrição tendo em vista que não houve uma finalização do
239 processo de análise, uma vez que a instituição foi orientada em reunião quanto
240 às adequações que eram necessárias na documentação, porém a comissão
241 não recebeu outros documentos readequados até o final do ano. Já em relação
242 à informação para a vigilância, a comissão está de acordo, porém este papel é
243 da secretaria executiva do conselho, tanto é que o entendimento era de que
244 esta comunicação já existia.

245 O presidente coloca que a função do secretário executivo existe no
246 regimento interno, porém como este documento é antigo, consta que esta
247 função deve ser exercida por um servidor municipal, assistente social. Por este
248 motivo, é de extrema importância a revisão do regimento. Reafirma, a questão
249 da falta de profissionais na SEAS e mesmo diante dessa realidade a mesa
250 diretora, juntamente com o administrativo do conselho tem tentado atender as
251 instituições de maneira ágil. Entretanto, observa que algumas instituições
252 demonstram o desejo por uma assessoria, trabalho que não é função deste
253 conselho, tão pouco da comissão. Em relação à questão colocada pela Sra.
254 Irene sobre a informação, o presidente afirma que todas as atas aprovadas
255 estão disponíveis para toda SEAS, bem como, logo estarão disponíveis no site
256 da prefeitura. Colocado à plenária para manifestação e votação acerca das
257 sugestões da comissão, sendo aprovadas.

258 Seguindo com a pauta, no item terceiro, onde trata sobre resolução
259 normativa que dispõe o cronograma de reuniões do conselho para o presente
260 ano, realizada a leitura da resolução para a plenária, colocado para a
261 manifestação e votação, sendo aprovado sem ressalvas.

262 Em seguida, no quarto item da pauta, serão abordadas as questões
263 vinculadas à formação das comissões temáticas para o processo eleitoral, a

264 revisão do regimento interno e a conferência municipal de assistência social.
265 Conforme estabelecido, em resposta ao questionamento se os participantes
266 que não são conselheiros poderiam participar das comissões e ter direito à
267 voto? Realizada uma consulta ao regimento interno, onde fica claro que apenas
268 os conselheiros possuem direito à voto, porém os demais podem sim participar
269 e contribuir com os trabalhos das comissões. Por este motivo, as resoluções
270 normativas referentes as comissões serão publicadas apenas com os nomes
271 dos conselheiros. As resoluções foram colocadas para manifestação e votação
272 da plenária, sendo aprovadas sem ressalvas.

273 No quinto item da pauta, nos assuntos gerais, a Sra. Marcia Barros,
274 integrante do FORTSUAS, faz uma colocação sobre a conferência, ressalta a
275 importância da participação de todos na conferência nacional que tem como
276 tema “A Assistência Social como Direito do Povo e Dever do Estado com
277 Financiamento Público, enfrentando desigualdades e garantindo a proteção
278 social”, discussão que tem ocorrido de forma ampliada em diversos espaços
279 relacionados ao SUAS, o FORTSUAS declara seu apoio ao município de São
280 Vicente para que consigam fazer suas resoluções objetivando a execução da
281 lei municipal e a criação de serviços socioassistenciais. Sra. Aurora, também
282 integrante do FORTSUAS, faz o convite para o segundo debate virtual sobre a
283 conferência com a professora Abigail Torres no dia 27/04 às 14hs.

284 Sr. Aldo coloca duas questões, a primeira é referente a informação
285 referente a nova composição da gestão da SEAS, com o envio de uma lista
286 nominal com os responsáveis de cada proteção. A segunda questão é
287 referente a nova composição do conselho.

288 O presidente esclarece que referente à secretaria, o conselho fará uma
289 solicitação e assim que obtiver um retorno da SEAS, disponibilizará a
290 informação no grupo ou no e-mail. Já no que se refere ao conselho o
291 administrativo enviará a informação sobre a nova composição por e-mail.

292 Sra. Alessandra retorna no tema da comissão de inscrição, coloca que
293 sempre teve clareza quanto a questão do voto ser atribuição exclusiva dos
294 conselheiros e reafirma a importância de mais conselheiros participarem das
295 comissões, até porque no caso da comissão de inscrição, a mesma é

296 composta por quatro membros e possui uma grande demanda de trabalho,
297 especialmente neste período de renovação.

298 Sr. Aldo coloca que é importante a reflexão dos membros da comissão
299 do regimento interno para que seja considerada a participação dos atores que
300 conduzem a política social no município no que abrange a questão dos votos.

301 Sra. Suzana ressalta a importância dos conselheiros, especialmente os
302 indicados pelo governo priorizar a participação nas reuniões do conselho, pois
303 uma vez que assumiram o compromisso, não podem ficar justificando a
304 ausência constantemente.

305 Sra. Lilian coloca que uma grande lacuna existente no conselho são os
306 representantes governamentais, esses conselheiros indicados por outras
307 secretarias são responsáveis pela maior parte das ausências nas reuniões.

308 O presidente coloca que essa questão surge em outros conselhos de
309 direitos e inclusive em virtude disso, outros conselhos fizeram revisão em seus
310 regimentos internos alterando a questão da paridade, dando assim
311 oportunidade de maior participação da sociedade civil; deixando a sugestão de
312 reflexão por parte da comissão do regimento interno deste conselho.

313 Sr. Jeferson coloca em relação a participação, questiona se o CMAS não
314 foi criado por um decreto municipal? Caso positivo, não teria que primeiro
315 alterar o decreto, antes de mexer no regimento interno? O presidente explica
316 que não, pois como é um conselho deliberativo que fiscaliza o poder público e
317 tem ordenação sobre o fundo municipal de assistência, o próprio regimento
318 interno pode determinar essa diretriz; o que o conselho não pode é no
319 regimento interno alterar a função do conselho de deliberativo para consultivo,
320 neste caso se faz necessário o decreto, para as demais questões o regimento
321 interno pode determinar. Sr. Jeferson então se coloca à disposição para
322 compor a comissão do regimento interno; aproveita o momento e já informa
323 que não participará da próxima eleição como representante dos usuários, pois
324 não acha justo ocupar essa vaga, uma vez que agora faz parte do governo
325 municipal.

326 Sra. Valéria coloca que em nome da secretária municipal de cultura a
327 Sra. Elizângela Bafini, vem novamente abordar a questão das pessoas em
328 situação de rua e como a secretaria de cultura pode estar colaborando com a
329 SEAS, quais ações podem estar sendo realizadas em conjunto? Referente ao
330 setor do artesanato, observa-se que muitos artesãos desconhecem os serviços
331 da assistência social, alguns inclusive necessitam de um suporte. Por isso seria
332 importante saber como o trabalho em conjunto pode ser desenvolvido com este
333 público dos artesãos?

334 O presidente explica que essa colocação já foi repassada ao secretário
335 para que possa estar articulando melhor as propostas junto a secretaria de
336 cultura.

337 Finalizando o último item da pauta, o presidente encerra a reunião.

338

339 Lilian Bezerra Fontes Silva Duarte

340 1ª Secretária CMAS.

Convocação
Reunião Ordinária

O Conselho-Diretor do **Conselho Municipal de Assistência Social de São Vicente (CMAS)**, convoca seus representantes e convida os demais interessados para **Reunião Ordinária** a ser realizada em **24 de março de 2021**, às **14h00**, por meio da plataforma ZOOM, cujo *link* será encaminhado minutos antes do início da reunião virtual.

Pauta:

1. Apreciação e aprovação da Ata de Reunião Ordinária de fevereiro de 2021 e da Ata de Reunião Extraordinária (03/03/2021);
2. Apresentação e aprovação de Relatório Circunstanciado da Seas, referente ao segundo semestre de 2020;
3. Apresentação e aprovação da Resolução Normativa, que dispõe do cronograma de reuniões do CMAS a partir de abril de 2021;
4. Apresentação e aprovação das Resoluções Normativas que disporão das composições das comissões: a) Comissão Temporária do Processo Eleitoral da Representação da Sociedade Civil no CMAS/SV (gestão 2021/2023); b) Composição de Comissão temporária para análise do Regimento Interno do CMAS/SV; e, c) Composição de Comissão Temporária do Processo de Conferência da Assistência Social;
5. Assuntos gerais.

Certos de contarmos com vossa presença, agradecemos, antecipadamente.

São Vicente, 12 de março de 2021.

Felipe Silva Galvão
Presidente do CMAS/SV

1 **ATA DA REUNIÃO**

2 **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE**
3 **SÃO VICENTE REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2021**

4 Aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, em primeira
5 chamada às 14 horas, através de reunião virtual na plataforma *Zoom Cloud Meeting*,
6 realizou-se a Reunião Ordinária do CMAS de São Vicente, conforme registro de presença
7 em instrumental próprio (ANEXO I), para deliberar a seguinte pauta, conforme convocação:

8 **1) Leitura e aprovação da Ata de Reunião Ordinária de março de 2021; 2) Comissão**
9 **de Inscrição: andamento dos processos / revalidações; e, 3) Assuntos gerais.**

10 A reunião fora presidida pelo presidente do CMAS, Sr. Felipe Silva Galvão, que inicia
11 realizando a chamada e justifica a ausência da primeira secretária, Sr. Lilian Bezerra Fontes
12 Silva Duarte. Em virtude de tal ausência, a reunião foi secretariada pelo vice-presidente do
13 CMAS, Sr. Kleber Dias Silva, após deliberação da plenária. O presidente apresentou, ainda,
14 as justificativas de ausência dos seguintes conselheiros: Lucia Lela Schissato, Jefferson
15 Brunhara Bueno e Carolina Fernandes Andrade.

16 Iniciando o primeiro assunto da pauta, o presidente justificou que a leitura e
17 aprovação da Ata da Reunião Ordinária do mês de março de 2021 deverão ser realizadas
18 na próxima Reunião Ordinária (maio), tendo em vista que por problemas de saúde na
19 família da primeira secretária, Sra. Lilian, o documento não fora finalizado a tempo de ser
20 enviado aos e-mails dos conselheiros.

21 Assim, o presidente passa a palavra à Sra. Alessandra Serrão, participante
22 colaboradora da Comissão de Inscrição, a fim de iniciar as discussões acerca do segundo
23 assunto da pauta. Sra Alessandra inicia esclarecendo não ter se passado nem um mês
24 desde a última reunião Ordinária do CMAS-SV, realizada em 31 de março de 2021.
25 Portanto, não houve muitas atualizações que não aquelas já apresentadas em tal reunião.
26 Contudo, destaca que em relação às organizações Lar Vicentino, Lar de Amparo e Alfa e
27 Ômega (que entregaram documentos para revalidação), ainda estão em análise. Lembrou,
28 também, que o LAM é a única entidade, até então, que teve sua revalidação aprovada pela
29 Plenária. Reforça que a data limite para envio da documentação de revalidação é até 31 de
30 abril, e fez um apelo para que as organizações entreguem o quanto antes.

31 O conselheiro João Carlos Guilhermino da Franca, solicita à Comissão de Inscrição
32 que rerepresente a documentação que se deve entregar para a revalidação. A Sra.

33 Alessandra responde dizendo que os documentos permanecem os mesmos, de acordo com
34 a Resolução Normativa CMAS-SV nº. 10/14: relatório do ano anterior e plano de ação do
35 ano vigente, caso tenha havido alteração na composição da diretoria, deve-se, ainda, enviar
36 ata de eleição e posse dos membros da diretoria e eventuais alterações em estatuto.

37 O presidente, em leitura à mensagem no *chat* da Plataforma ZOOM, feita pelo Sr.
38 Rodrigo questiona à Comissão de Inscrição se o Lar de Amparo ao Idoso ainda precisa
39 entregar alguma documentação. Sra. Alessandra responde dizendo que um e-mail será
40 encaminhado à organização a fim de formalizar a resposta, contudo, diz que a entidade
41 deixou de encaminhar o Relatório de Atividades que demonstra a oferta do ano anterior. Sr.
42 Rodrigo diz que confirmará com a assistente social da entidade se o e-mail já não teria sido
43 enviado, uma vez que todos os modelos estão prontos e devidamente preenchidos.

44 Sra. Alessandra aproveita para solicitar às organizações que se atentem em utilizar
45 seus próprios cabeçalhos em vez de utilizarem o do CMAS, para preenchimento da
46 documentação, assim como pede atenção nas assinaturas, bem como na apresentação
47 integral da relação de usuários atendidos no período, com a numeração de NIS
48 devidamente identificada.

49 O Sr. Felipe menciona que, em função desta questão (inscrição das organizações e
50 seus projetos) foi discutida, entre os membros do Conselho-Diretor, a necessidade de
51 elaborar instrumentos que orientassem as organizações que venham requerer e solicitar
52 revalidação no Conselho. Mencionou que o Conselho-Diretor está pensando em apresentar
53 à Plenária: i. proposta de Resolução Normativa que estabelecesse os parâmetros para
54 inscrição; ii. plataforma que consolidasse todas as informações inerentes ao requerimento
55 da organização, em que fosse possível acompanhar todo o processo e etapas:
56 requerimento, eventuais diligências, deferimento e indeferimento, *upload* de documentos e
57 demais informações de atualização de ata, estatuto, membros da diretoria e as informações
58 da oferta em si; iii. Cartilha de orientação de inscrição por tipos de ofertas e iv. Formação
59 e/ou capacitação de organizações para a inscrição de suas ofertas.

60 O presidente justificou que em função da pandemia, toda a metodologia de atuação
61 do CMAS precisou ser adequada e que a articulação para a elaboração de plataformas e
62 instrumentos que facilitem e viabilizem os trabalhos é imprescindível para garantir que as
63 ofertas sejam continuadas em nosso município, além de garantir a transparência das
64 informações. O presidente pergunta se os conselheiros concordam em colocar tais

65 questões em prática, o que não houve objeção. Assim, Sr. Felipe pede ao vice-presidente
66 que passe a conduzir tais processos.

67 Passando ao terceiro assunto de pauta (assuntos gerias), o presidente esclarece
68 que precisamos debater sobre os cancelamentos de inscrição daquelas organizações que
69 deixaram de executar suas ofertas e/ou não cumpriram com os critérios de revalidação,
70 uma vez que há organizações, dentre aquelas inscritas, que estão nas referidas situações
71 e que não tiveram suas inscrições canceladas. O vice-presidente, Sr. Kleber complementa
72 dizendo ser importante a discussão uma vez que a previsão de cancelamento está pautada
73 na Resolução CNAS nº. 14. Reforça que a intenção não é prejudicar ou interromper a oferta,
74 mas, sim, fazer com que as entidades sejam orientadas dos procedimentos para que não
75 seja necessário, no futuro, realizar cancelamentos.

76 O Sr. Kleber ainda rememora que todas as organizações inscritas receberam, por e-
77 mail, comunicação do CMAS solicitando o envio dos documentos para revalidação até o
78 dia 30 de abril do presente ano, com todos os documentos necessários em conformidade
79 com a RN CNAS nº. 14 e pede que, caso alguma organização presente não tenha recebido
80 o e-mail, informe à Secretaria Executiva para reenvio. A Sra. Alessandra reforça que esta
81 questão está no Art. 15º de tal resolução.

82 O presidente do CMAS, Sr. Felipe, pergunta, aos conselheiros, se aprovam que as
83 medidas de cancelamento das inscrições das entidades e serviços, projetos e programas
84 que deixaram de ser executados, bem como daquelas que não cumpriram os prazos para
85 a entrega da documentação de revalidação do ano anterior poderiam ser feitas, o que foi
86 aprovado por unanimidade. Menciona, ainda, algumas, entre as organizações que terão
87 suas inscrições canceladas, em virtude de algum dos motivos: JIP, AAR, APAS... entre
88 outras.

89 Dando sequência aos assuntos gerais, o presidente solicita aos conselheiros
90 membros de comissões temáticas compostas na última reunião ordinária que sejam
91 iniciados os trabalhos, solicita que se organizem para eleger um coordenador nas
92 comissões, uma vez que o prazo é bem curto para organizar o processo de conferência de
93 Assistência Social, o processo eleitoral dos representantes da sociedade civil e o processo
94 de alterações no Regimento Interno do Conselho.

95 O conselheiro Sr. João Carlos menciona que se o prazo da prorrogação do mandato
96 atual da gestão do CMAS é até setembro de 2021, o prazo é bem curto para que fosse
97 possível organizar todas as demandas pelas quais foram criadas comissões temáticas.

98 O presidente menciona sua preocupação quanto à metodologia da conferência, que,
99 provavelmente, deverá ser feita de forma remota. O Sr. João questiona se o tema e eixos
100 já foram divulgados pelo CNAS. A participante Sra. Aurora, do FORTSUAS, informou que
101 a Conferência Municipal deve ocorrer até o último dia de agosto, a Estadual, nos dias 4 e 5
102 de outubro e a Nacional, de 7 a 10 de dezembro, e que as orientações do CNAS devem
103 ocorrer virtualmente.

104 Sr. João enfatiza que de alguma forma, as organizações que estão pedindo
105 revalidação e continuaram executando o serviço encontraram meios de oferta, com muita
106 dificuldade em função do acesso e internet, mas, aquelas que se mantiveram ativas
107 encontraram formas e que tais experiências devem ser consideradas na realização das
108 conferências, abarcando os territórios e que se construam pautas para os debates para a
109 realizações do encontro municipal.

110 O presidente, Sr. Felipe, diante da colocação do conselheiro João, reforça que a
111 Comissão Organizadora deve se articular em encontros, mesmo que virtuais, para que se
112 iniciem os trabalhos, inclusive, preservando as experiências que as organizações têm tido
113 para continuarem suas atividades durante a pandemia, tendo em vista que como o processo
114 de conferência será de forma remota, tais experiências serão ricas para garantir a execução
115 da XIV Conferência Municipal de Assistência Social e finaliza mencionando que compõe a
116 Comissão Organizadora e que acompanhará de perto todo o desenvolvimento das ações.

117 A conselheira Sra. Valéria Uchôa pede a palavra para fazer um relato: onde mora,
118 “no Morro dos Barbosas” diz ter visualizado um grupo de pessoas em situação de rua,
119 aglomerados, em que era possível ver que estavam consumindo bebidas alcoólicas,
120 tossindo, aglomerados e sem máscaras; questionou quais departamentos poderiam ser
121 acionados para realização de abordagem social para conversas e orientações durante o
122 período de pandemia. O presidente esclarece que a pessoa em situação de rua, assim
123 como diversas pessoas não usam máscara, aglomeram e precisam de conscientização.
124 Menciona que o CENTRO POP faz este trabalho (de conscientização sobre a questão da
125 pandemia, consumo de substâncias etc.), porém, que o serviço da abordagem não funciona
126 como “disk para retirada”. Esclarece que o Morro dos Babosas faz parte da rotina diária da
127 equipe de abordagem, porém a equipe não tem a função de tirá-los do local, mas sim da
128 intervenção para conscientização de uso do serviço público (inclusive de saúde), sobre
129 evitar compartilhamento de copos e objetos, entre outros assuntos.

130 Assim, respondendo ao questionamento da conselheira, o presidente destaca que
131 em situações em que se observem aglomerações de pessoas em situação de rua, o
132 CENTRO POP pode ser acionado, porém, não com o intuito higienista de “retirar” as
133 pessoas do local.

134 A conselheira Valéria justifica que sua intenção não fora fazer julgamentos, mas, sim,
135 demonstrar sua preocupação com as pessoas em situação de rua, principalmente por
136 estarmos em período de pandemia; preocupa-se em relação à saúde daquelas pessoas e
137 se, de alguma forma, a municipalidade já fez alguma coisa.

138 O Sr. Aldo informa que há decreto que proíbe as pessoas que não usam máscara,
139 reconhece que pode haver certo hiato entre ter decreto e o instrumento ser cumprido, porém
140 a GCM fiscaliza. Neste caso, a guarda pode ser acionada e a falta de uso de máscara
141 poderá gerar multa e pagamento de cesta básica.

142 A Sra. Laura destaca que é muito “legal” a preocupação da conselheira Valéria,
143 porém que, numa hipótese de serem retiradas daquele local, a população em situação de
144 rua se desloca para outros locais, porque eles não têm casa, muitas vezes. Ainda, que nem
145 todos têm acesso à máscara; e levanta uma reflexão: em relação às multas de uma cesta
146 básica, o que se faria com a população de rua, uma vez que muitos não têm nem o que
147 comer? Conclui dizendo que o que pode e deve ser feito é conversar, explicar e
148 conscientizar sobre os cuidados que devem ser tomados.

149 O conselheiro João Carlos informa que a Faculdade Latino Americana de Ciências
150 Sociais (Flacso) lançou um edital para a sociedade civil que desenvolva trabalhos com a
151 população em situação de rua a fim de produzir um conjunto de documentos que
152 divulgassem uma metodologia que vem sendo trabalhada nos países europeus para o
153 enfrentamento da situação de rua, por meio de *housing first* (moradia primeiro), medida de
154 política pública que tem por finalidade dar a casa, a moradia, como ação integrada entre
155 várias políticas públicas.

156 Sobre o edital, Sr. João mencionou ter procurado saber, porém, não levou adiante,
157 porém, destaca que é possível que a metodologia seja incentivada para que os estados
158 brasileiros que tenham trabalho consistente trabalhem sobre tal perspectiva. Assim,
159 considera importante abrir diálogo no CMAS, com a política habitacional de São Vicente e
160 conhecer quais planos tem o governo para cuidar e pensar sobre a moradia das pessoas
161 em situação de rua. Segundo João, talvez, tenhamos que tomar um pouco de iniciativa e
162 antecipar, provocar a SEHAB para conversar com o conselho. Lembra que existe relatório

163 da relatora da ONU para as questões da moradia que trata a questão de rua como questão
164 da falta de moradia segura, pois, quem mora numa palafita, sem saneamento, sem
165 condição salubre está numa iminente situação de rua.

166 O Sr. Kleber menciona que a Adesaf também fez a leitura do edital mencionado pelo
167 Sr. João e que o modelo *housing first*, foi a metodologia que inspirou o programa De Braços
168 Abertos, da Prefeitura de São Paulo, programa que atuava na região da Cracolândia, na
169 Capital, com pessoas em situação de rua e uso abusivo de substâncias psicoativas. O vice-
170 presidente mencionou que tal modelo não exigia do usuário (que era, muitas vezes, usuário
171 de crack e/ou outras drogas), a abstinência, uma vez que o usuário do serviço iria para sua
172 própria casa, sua própria moradia. Sr. Kleber diz, ainda, que o modelo é inovador e se difere
173 dos modelos de acolhimento institucional previstos na Tipificação Nacional dos Serviços
174 Socioassistenciais, porém, reforça que independentemente da produtividade do diálogo
175 com a Habitação, é um modelo que pode ser ofertado pela própria pasta da Assistência
176 Social, como foi no caso do DBA: vagas em locais / hotéis eram alugadas pela
177 municipalidade, passando a ofertar a moradia primeiro, antes de quaisquer outros
178 procedimentos, dispondo, ao usuário, local para se alimentar, além de ofertar vaga em
179 frente de trabalho. Assim, conclui que se a discussão se amplia em São Vicente, existem
180 alternativas.

181 A Sra. Rosana Leite (SEAS) pede a palavra e menciona que embora desconhecesse
182 tais alternativas, se coloca à disposição para discutir e sugere de encaminhamento dialogar
183 com o Fórum de discussão municipal, promovido pela Secretaria de Planejamento de São
184 Vicente, envolvendo o coletivo do conselho e mais outros grupos. O Sr. Aldo menciona que
185 as agendas dos encontros do referido fórum foram disponibilizadas nos grupos (de
186 Whatsapp) e que os encontros são organizados pela SEPLAN, mas vê a importância de
187 participarmos a fim de mudar os objetivos no espaço de discussão.

188 O Sr. João menciona a importância das organizações da sociedade civil se
189 fortalecerem e construírem sua pauta: “muitas vezes a pauta do governo não é a mesma
190 das organizações”. Reforça que o CMAS deve trabalhar em diálogo, mas não de forma
191 submissa. Por isso, necessário espaço próprio para construir, com firmeza, propriedade,
192 construindo pautas que sejam interessantes não necessariamente as do governo, pois
193 simplesmente entrar nesses espaços que já têm pauta, e mais uma vez apassivado não
194 parece que seja de fato garantir o direito da população. Assim, propõe o fortalecimento das
195 agendas, num processo de organização enquanto sociedade civil.

196 O presidente diz que “pop rua” deve ser pauta diária do CMAS, sugere, então,
197 criação de comissão permanente que discutirá a política da situação da população em
198 situação de rua. Sr. João menciona estar de acordo e que quer fazer parte. A Sra. Suzana
199 menciona também estar a favor da instituir a referida comissão. Os demais conselheiros
200 também concordaram no chat da plataforma, em unanimidade.

201 O presidente pede que o vice-presidente providencie, portanto, resolução normativa
202 de deliberação da criação da Comissão Permanente para Discussão da Situação da Política
203 de Atenção à Pessoa em Situação de Rua no Município de São Vicente, composta pelos
204 inscritos: Felipe Silva Galvão, João Carlos Guilhermino da Franca, Marcia Pansarini Dias,
205 Suzana Yoshiko e Valéria Uchôa. A comissão contará com outros participantes. Além dos
206 conselheiros, inscreveram-se: Marcos, da Associação Alfa e ômega, Laura, Flávia e Odair.

207 O presidente da reunião pergunta se mais alguém gostaria de fazer uso da palavra,
208 o que não houve. Assim, o presidente encerra a reunião.

209

210

211

212

Kléber Dias Silva
Vice-presidente do CMAS e
secretário da sessão

213 ANEXO I - LISTA DE PRESENÇA

214 REUNIÃO ORDINÁRIA ABRIL DE 2021

	Representatividade		Nomes	Frequência
	Governo	Titular	Secretaria de Assistência Social	Felipe da Silva Galvão
Titular		Secretaria de Assistência Social	Gláucia Mattos Marinho	Presente
Titular		Secretaria de Assistência Social	Bruno Pierre Pereira	Ausente
Suplente		Secretaria de Assistência Social	Maria Aparecida Gomes	Ausente
Suplente		Secretaria de Assistência Social	Thiago Ferreira	Ausente
Suplente		Secretaria de Assistência Social	Leandro Valença	Ausente
Titular		Secretaria de Educação	José Valter dos Santos	Ausente
Suplente		Secretaria de Educação	Tathiane da Silva Santos	Ausente
Titular		Secretaria de Saúde	Joana Cristina Lopes de Carvalho	Ausente
Suplente		Secretaria de Saúde	Gisele de Oliveira Palucci	Ausente
Titular		Secretaria de Cultura	Valéria Uchôa Beranger	Presente
Suplente		Secretaria de Cultura	Elaine de Oliveira Santos	Ausente
Titular		Secretaria de Habitação	Eliene Souza Silva	Ausente
Suplente		Secretaria de Habitação	Regina Aparecida Dantas dos Santos	Ausente
Titular		Secretaria de Desenv. Comér., Ind. e Assuntos Portuários	Antonio Homsy Cabral	Ausente
Suplente		Secretaria de Desenv. Comér., Ind. e Assuntos Portuários	Andrea dos Santos	Ausente
Titular		Secretaria da Fazenda	Teresa da Silva Homem	Presente
Suplente		Secretaria da Fazenda	Catherine Generoso Fernandez	Ausente
Sociedade Civil	Representatividade		Nomes	Frequência
	Titular	Entidade: Associação de Desenvolvimento Econômico e Social às Famílias (Adesaf)	Kleber Dias	Presente
	Titular	Entidade: Centro de Aprendizagem e Motivação Profissional (CAMP Rio Branco)	Marcia Aparecida Pansarini Dias	Presente
	Titular	Entidade: Instituto Camará Calunga	João Carlos Guilhermino da Franca	Presente
	Suplente	Entidade: Lar de Atendimento de Meninos e Meninas (LAM)	Carla Regina de Oliveira Silva	Presente
	Suplente	Entidade: Casa Crescer e Brilhar	Adonil Terixeira de Paula	Confirmar
	Suplente	Entidade: Apae São Vicente	Lucia Lela Schissato	Justificada
	Titular	Usuário de serviços socioassistenciais	Renata Chemalle Martins	Ausente
	Titular	Usuário de serviços socioassistenciais	Jefferson Brunhara Bueno	Justificada
	Titular	Usuário de serviços socioassistenciais	Vago	-
	Suplente	Usuário de serviços socioassistenciais	Vago	-
	Suplente	Usuário de serviços socioassistenciais	Vago	-

	Suplente	Usuário de serviços socioassistenciais	Vago	-	
	Titular	Representação dos Trabalhadores	Lilian Bezerra Fontes S. Duarte	Justificada	
	Titular	Representação dos Trabalhadores	Suzana Yoshiko Sasaki	Presente	
	Titular	Representação dos Trabalhadores	Ordália Akie Takeda Ysayama	Presente	
	Suplente	Representação dos Trabalhadores	Sindicato de Servidores Públicos Mun. De SV	Presente	
	Suplente	Representação dos Trabalhadores	Carolina Fernandes Andrade	Justificada	
	Suplente	Representação dos Trabalhadores	Vago	-	
Participantes	Secretaria Executiva CMAS-SV		Nomes	Frequência	
		Administrativo	Marlon Horta	Presente	
		Técnico	Vago	-	
	Participantes / segmento de representação				
		Rodrigo (Lar de Amparo ao Idoso)			
		Aldo Ferraz (NACES PROCURU)			
		Aurora (FORTSUAS)			
		Laureci Elias Dias			
		Sheyla (estudante de serviço social)			
		Maria (Saúde Mental SV)			
		Rosana Andrade Leite (SEAS)			
		Andrea Menezes			
		Valeria Souza (Alfa e ômega)			
		Jonas (estagiário de SS da Adesaf)			
	Odair Dias Filho (Adesaf)				
	Vanessa Correia (Alfa e Ômega)				
	Estela Janine (FORTSUAS)				
	Maria Aparecida (Amadef)				
	Mary Helen Larissa Almeida Santos (assistente social VIP)				

Convocação
Reunião Ordinária

O Conselho-Diretor do **Conselho Municipal de Assistência Social de São Vicente (CMAS)**, em conformidade com o cronograma previsto na Resolução Normativa nº. 04/2021, convoca seus representantes e convida os demais interessados para **Reunião Ordinária** a ser realizada em **14 de abril de 2021**, às **14h00**, por meio da plataforma ZOOM, cujo *link* será encaminhado minutos antes do início da reunião virtual.

Pauta:

1. Leitura e aprovação da Ata de Reunião Ordinária de março de 2021;
2. Comissão de Inscrição: andamento dos processos / revalidações;
3. Assuntos gerais.

Certos de contarmos com vossa presença, agradecemos, antecipadamente.

São Vicente, 12 de abril de 2021.

Felipe Silva Galvão
Presidente do CMAS/SV

ATA DA REUNIÃO

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO VICENTE REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2021.

Ao décimo segundo dia do mês de maio de 2021, através de reunião virtual na plataforma “zoom cloud meeting”, realizou-se reunião ordinária do CMAS, conforme registro de presença em instrumental próprio em anexo, para deliberar a seguinte pauta: 1) Leitura e aprovação da Ata das Reuniões Ordinárias de março e abril de 2021; 2) Preenchimento da vaga de segundo secretário; 3) Apresentação SEAS; 4) Aprovação de Resolução Normativa que dispõe da definição dos parâmetros municipais para inscrição de entidades e serviços; 5) Aprovação de Resolução Normativa que dispõe da alteração do Regimento Interno do CMAS-SV; 6) Comissão de Inscrição: andamento dos processos / revalidações; 7) Comissão Conferência: apresentação de cronograma e demais informações; 8) Assuntos gerais.

O vice presidente Sr. Kléber, solicita inicialmente que as pessoas que estão participando da reunião pela primeira vez se apresentem e identifiquem qual instituição estão representando. As apresentações começam pelo Sr. Renato Azevedo que está representando a organização social NACES/PROCURU; Sra. Reila Rocha, estagiária de Serviço Social, tendo como supervisora a Sra. Carla Regiane e está representando a organização social LAM; Sra. Irene Dias, técnica da secretaria executiva do CMAS; Sr. Vinícius e Sra. Estela, estagiários de Serviço Social, supervisionados pela Sra. Aurora Fernandez, representando o FORTSUAS – BS; Sra. Catarina Martins e Sra. Cibele, estagiárias de Serviço Social, supervisionadas pela Sra. Rosana Leite na SEAS; Sra. Maria, assistente social e representante do FORTSUAS.

Seguindo para o primeiro item da pauta, Sr. Kléber informa que dentre os documentos enviados aos conselheiros, encontra-se a ata da reunião ordinária do mês de março, já a ata referente a reunião ordinária do mês de abril ainda não está pronta. O vice presidente abre à plenária para manifestações referentes à ata de março, não havendo nenhuma manifestação contrária, fica aprovada a ata do mês de março.

No segundo item, Sr. Kléber coloca a plenária a questão da vacância referente ao segundo secretário do conselho, explica que em virtude desta ausência algumas atas encontram-se atrasadas e pergunta aos conselheiros quem teria a disponibilidade de assumir esse lugar. Sr. Kléber aproveita o ensejo e apresenta a Sra. Irene como técnica da secretaria executiva do conselho, Sra. Irene se apresenta e agradece ao conselho diretor e plenária a receptividade no grupo, espera contribuir com o trabalho do conselho. Explica que às quartas-feiras estará disponível as atividades do conselho e esclarece que essa é a primeira vez que faz parte do conselho, anteriormente, todas as vezes em que

42 participou das reuniões ordinárias esteve enquanto vigilância socioassistencial
43 apresentando os relatórios circunstanciados. O presidente explica que a posição
44 de segunda secretária primeiramente deve ser ocupada por um representante
45 do poder público, caso não haja ninguém, pode ser ocupada por algum
46 representante da sociedade civil. Sra. Glaucia pergunta se o conselho já recebeu
47 o ofício da SEAS com as novas indicações, caso a resposta seja positiva, se
48 coloca à disposição para preencher essa posição. O presidente confirma o
49 recebimento do ofício e coloca à plenária para alguma manifestação contrária,
50 não havendo, fica estabelecido que a Sra. Glaucia ocupará a posição de
51 segunda secretária do CMAS-SV.

52 O terceiro item será dividido em três partes, sendo a primeira a
53 apresentação da nova equipe de gestão da SEAS referente às proteções sociais,
54 Sra. Glaucia (assistente social) inicia se apresentando e apresentando a Sra.
55 Cida (assistente social) enquanto assessoras técnicas na diretoria de proteção
56 social especial de média complexidade, tendo como diretores os senhores
57 Elionai e Bruno Pierre; Sra. Vanessa (assistente social) se apresenta enquanto
58 diretora da proteção social especial de alta complexidade; Sra. Edna (assistente
59 social) se apresenta enquanto diretora da proteção social básica e Sra. Rosana
60 Leite (assistente social) se apresenta enquanto diretora de gestão do SUAS. A
61 segunda parte se refere a questão da apresentação do relatório circunstanciado,
62 na reunião ordinária do mês de março, dentro do seguimento da média
63 complexidade, alguns questionamentos referentes ao atendimento prestado pela
64 organização Alfa e Ômega. O presidente contextualiza explicando que a SEAS
65 comunicou ao conselho o recebimento de e-mail da entidade citada, o que fez
66 com que o CMAS encaminhasse um ofício à SEAS solicitando informações e
67 documentos relacionados ao atendimento realizado pela organização. Sra.
68 Glaucia informa que até o momento a SEAS está aguardando a devolutiva da
69 entidade Alfa e Ômega, e que a secretaria propõe que o relatório circunstanciado
70 seja aprovado com a ressalva de permanecer em análise apenas a parte
71 referente ao atendimento para os adolescentes e jovens em cumprimento de
72 medidas socioeducativas realizado pela organização Alfa e Ômega. A secretaria
73 coloca essa proposta por entender que para não haver prejuízo em relação aos
74 recursos firmados para os demais serviços, os quais já foram aprovados na
75 apresentação, que o relatório possa ser encaminhado à DRADS com essa
76 ressalva de após a análise do conselho e da secretaria o encaminhamento
77 apenas da parte referente às informações do atendimento prestado pela
78 organização Alfa e Ômega. O presidente coloca a proposta para votação aos
79 conselheiros, não havendo manifestações contrárias, a proposta é aprovada.
80 Seguindo para a última parte da apresentação da SEAS, Sra. Glaucia coloca a
81 informação referente aos chamamentos públicos que serão abertos referentes
82 aos seguintes serviços: * Serviço de abordagem social para crianças e
83 adolescentes (abrangendo o público que encontra-se em situação de rua e no
84 trabalho infantil); * Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI's (90

85 vagas); * Residência Inclusiva (10 vagas); * Serviço de acolhimento para
86 crianças e adolescentes (40 vagas). Sra. Glaucia ressalta que também haverá
87 um chamamento público referente à gestão compartilhada, trabalho atualmente
88 realizado pela organização ABRASCE nos serviços de acolhimento de crianças
89 e adolescentes e de população adulta e o serviço de abordagem social. Devido
90 aos apontamentos efetuados pelo Ministério Público, o chamamento para a
91 execução destes serviços será feito de forma desmembrada, com isso podendo
92 ser executado por organizações diferentes. Sr. Kléber questiona quando esses
93 chamamentos serão publicados? Sra. Glaucia explica que acredita que serão
94 publicados logo, uma vez que estão apenas sendo finalizados os trâmites legais.
95 O presidente explica que após a publicação, existe o prazo de trinta dias para a
96 abertura dos envelopes, onde são definidas as organizações que executarão os
97 serviços. Sra. Lilian questiona se haverá um chamamento para a gestão
98 partilhada e outro para mais vagas nos serviços de acolhimento para crianças e
99 adolescentes? Sra. Glaucia explica que não é isso, haverá sim dois
100 chamamentos separados, sendo um para a execução da gestão partilhada nos
101 serviços de acolhimentos municipais e um chamamento para os serviços de
102 acolhimento para crianças e adolescentes da rede privada, a única diferença é
103 no chamamento público referente às ILPI's em virtude do aumento de vagas,
104 passando do número de 71 para 90 vagas.

105 Sra. Alessandra, representante do CAMP/SV questiona sobre o
106 chamamento público para os serviços de convivência para crianças e
107 adolescentes? O presidente explica que o processo permanece no
108 departamento jurídico da prefeitura, pois ele foi realizado no mês de
109 novembro/2020, para a celebração de assinatura em dezembro; porém ele está
110 sendo reavaliado. Existe a possibilidade de haver alguma devolutiva por parte
111 da prefeitura nos próximos dias.

112 Sr. Kléber questiona sobre a entidade que atualmente a gestão partilhada
113 dos serviços municipais já foi comunicada sobre os chamamentos públicos? O
114 presidente explica que o contrato com a organização ABRASCE, responsável
115 por estes serviços encerrou no final do mês de março, sendo efetuado um termo
116 aditamento até o mês de julho; no entanto, a organização já foi notificada da não
117 continuidade do contrato e, no termo de aditamento existe uma cláusula que
118 informa que mesmo tendo um prazo até o mês de julho, o termo pode ser
119 finalizado à partir do momento que forem escolhidas as novas organizações nos
120 chamamentos públicos.

121 No quarto item da pauta o vice presidente Sr. Kléber explica que até o
122 momento a resolução normativa nº 14 do Conselho Nacional de Assistência
123 Social, a qual dava o embasamento e parâmetros para a inscrição das entidades,
124 ou de seus programas, projetos e serviços no CMAS-SV. No município de São
125 Vicente, existe a resolução nº 10/2014 que dispõe sobre os modelos de
126 requerimentos, do plano de ação e do relatório de atividades. A comissão de

127 inscrição tem uma preocupação em relação aos prazos, bem como observa a
128 falta conhecimento das entidades sobre essas resoluções. Diante disso, a
129 comissão de inscrição juntamente ao conselho diretor desenvolveu uma minuta
130 de resolução normativa que estabelece os parâmetros, critérios e prazos no
131 processo de inscrição das entidades no CMAS-SV. O vice presidente ressalta
132 que as informações contidas em sua maior parte permanecem iguais à resolução
133 nº 14 do CNAS e, apenas foram feitas algumas adequações referentes à
134 realidade municipal, tendo destaque dois pontos importantes, um se refere aos
135 prazos para análise, devolutiva, resposta das entidades, recursos, etc. O outro
136 ponto é a exigência da apresentação de registro no CMDCA para as entidades
137 que inscreverem serviços, programas ou projetos que atendam crianças e
138 adolescentes. Sra. Alessandra questiona aos conselheiros presentes se foi
139 realizada a leitura do documento e, solicita a manifestação dos mesmos, reafirma
140 que o documento vem suprir algumas necessidades da comissão de inscrição,
141 especialmente no que se refere aos prazos. O presidente aproveita o ensejo e
142 coloca que uma pergunta recebida frequentemente pelas entidades se refere aos
143 prazos para o tramite de inscrição, por isso a resolução vem para regimentar
144 esse procedimento. Ressalta ainda que a participação dos conselheiros nas
145 comissões é mínima e que quando a pessoa se dispõe a ser conselheiro do
146 CMAS está descrito no regimento interno que minimamente é necessário
147 participar de duas comissões. Inclusive o presidente informa que Sr. Marlon
148 administrativo do conselho efetuará contato com todos os conselheiros para
149 saber em qual comissão terão participação. Em análise com a plenária, são
150 realizadas algumas alterações, mais especificamente no art. 17º que trata sobre
151 a revalidação da inscrição, parágrafo 5º foi suprimido devido o fato de que a
152 declaração não será fornecida após o deferimento, e sim logo após o vencimento
153 da declaração anterior, desta forma, as entidades que entregaram a
154 documentação dentro do prazo não terão prejuízos em sua inscrição. Contudo,
155 Sra. Lilian ressalta que as entidades precisam entregar a documentação dentro
156 do prazo estabelecido pelo CNAS, bem como a revalidação automática não
157 impede o cancelamento da inscrição caso à análise da documentação sugira o
158 indeferimento.

159 Sr. Rodrigo, representante do Lar de Amparo ao Idoso coloca a proposta
160 da comissão efetuar o deferimento “provisório” da inscrição nos casos em que
161 as entidades tenham entregado boa parte da documentação; exemplifica
162 colocando outros órgãos que já realizam este tipo de trâmite. O presidente
163 explica que essa situação de deferimento com ressalva já é feito pelo conselho
164 nos casos em que a comissão faz a sugestão ou quando a plenária entender que
165 é necessário. Inclusive o presidente cita o exemplo da Amadef, a qual no
166 momento do pedido de inscrição não atendia os critérios em sua totalidade,
167 porém a comissão e a plenária entenderam que deveria ser deferida a inscrição
168 com ressalva, determinando um prazo para as adequações necessárias.

169 Sra. Suzana coloca sua insegurança em relação à aprovação da
170 resolução, uma vez que observou que a Sra. Alessandra e a Sra. Irene estão
171 com documentos diferentes do que está sendo apresentado, entende que
172 necessitaria de mais tempo para análise do documento. O presidente explica
173 que o documento que está sendo apresentado é o mesmo que foi enviado aos
174 conselheiros por e-mail, porém o documento que foi citado pela Sra. Alessandra
175 e Sra. Irene foi a primeira versão da resolução, anterior a que foi encaminhada.

176 Sra. Alessandra coloca que já encontrou o artigo em seu documento,
177 porém ele consta no número 13, aproveita e solicita que seja incluído na parte
178 onde trata sobre a revalidação que sejam entregues todos os documentos,
179 incluindo a ata de eleição e posse e estatuto social. Sra. Irene esclarece que a
180 sua resolução é igual a da Sra. Alessandra.

181 Sra. Lilian solicita que no item que cita os documentos necessários para
182 a revalidação no relatório de atividades, seja inserida a listagem dos usuários
183 atendidos, constando nome e número do NIS.

184 Sr. Lázaro coloca que dentro da comissão de inscrição tem observado nos
185 estatutos sociais enviados pelas entidades, que alguns estatutos tem situações
186 que regem por cinco anos as diretorias e conselho fiscal, sendo o último dividido
187 em três diretores e dois conselheiros fiscais, e isso é totalmente inviável constar
188 no estatuto segundo o novo marco regulatório de 2012, e em 2014 entrou em
189 vigor a lei nº 13.019 e em 2015 a lei nº 13.029 que obriga os estatutos sociais,
190 as finalidades estatutárias estarem de acordo com a prestação de contas e com
191 as regras estatutárias de diretoria e conselho fiscal, os estatutos precisam estar
192 adequados por lei. Entende ser importante essa informação constar na
193 resolução, uma vez que tem observado entidades que renovaram seus estatutos
194 novamente por cinco anos, sendo que se a documentação não está regularizada
195 de acordo com a lei, essas entidades até conseguem participar de editais
196 públicos, porém no momento da prestação de contas são barrados. Sugere que
197 essa informação referente aos estatutos seja colocada para o próximo ano,
198 seguindo as legislações pertinentes.

199 Sra. Suzana sugeriu que seja realizada a chamada dos conselheiros para
200 a votação sobre a resolução normativa. Inclusive lembra que havia sido
201 estabelecido que seria enviado uma listagem com os membros do conselho e
202 até o momento não recebeu. O presidente explica que a lista não foi enviada
203 pois faltam as algumas indicações do governo, sendo que os representantes da
204 sociedade civil permanecem os mesmos.

205 Diante do exposto, é realizada a chamada nominal dos conselheiros e os
206 mesmos efetuam seu voto de maneira individual, sendo seis votos a favor da
207 aprovação e um voto contrário. Concluindo foi aprovada a resolução normativa.

208 No quinto item da pauta está a aprovação do regimento interno, porém
209 este item será analisado na próxima reunião ordinária.

210 No sexto item a comissão de inscrição realiza a apresentação do trabalho
211 desenvolvido no período, utilizando o recurso visual da planilha, inicia-se com as
212 entidades que solicitaram a revalidação da inscrição, sendo as seguintes: LAM
213 – deferimento; Alfa e Ômega – em análise (realizada reunião virtual para
214 orientações e a comissão aguarda o envio do relatório de atividades do
215 atendimento da média complexidade); Adesaf – deferimento; Casa Crescer e
216 Brilhar – deferimento; Amadef – em análise; CAMP/SV – em análise; APAE
217 (Residência Inclusiva) – em análise; NUMEC – em análise e VIP – em análise.
218 Já as entidades que solicitaram inscrição, seguem os pareceres da comissão:
219 Lar Vicentino – deferimento; Associação Filhos de Aruanda – indeferimento; Lar
220 de Amparo ao Idoso – deferimento; Associação Flor do México – em análise e
221 Sociedade de Melhoramentos dos Moradores do Distrito de Samaritá – em
222 análise. Cabe ressaltar que todas as informações referentes as análises de
223 forma detalhada constam no relatório elaborado pela comissão.

224 Sr. Rodrigo agradece a atenção da comissão e ao conselho diretor do
225 conselho, parabeniza o trabalho e faz o convite aos conselheiros para que
226 realizem uma visita ao espaço da organização após superarmos esse momento
227 de pandemia.

228 Sr. Renato, representante da organização NACES/PROCURU, questiona
229 sobre o fato de não ter visualizado sua organização na lista, uma vez que foi
230 enviado os documentos. O presidente explica que o técnico enviou um e-mail
231 com a documentação, porém pediu para desconsiderar que posteriormente
232 enviaria a documentação com as adequações.

233 Sra. Cida representante da Amadef agradece ao conselho e pede
234 desculpas pelo fato de ter enviado a documentação ao final do prazo. Sr. Kléber
235 intervém e coloca que após a prorrogação do prazo de revalidação pelo CNAS
236 até dia 31/12/21, não houve atraso na entrega.

237 Após todas as manifestações o relatório da comissão é colocado para a
238 votação, sendo aprovado por unanimidade.

239 Sra. Suzana pontua que no momento do convite aos conselheiros para
240 participarem das comissões, que seja levando em consideração que a comissão
241 da conferência, apesar de não ser permanente, demanda bastante trabalho por
242 parte dos membros envolvidos.

243 No sétimo item da pauta, a comissão da conferência realiza apresentação
244 dos trabalhos, o presidente inicia apresentando as duas resoluções, uma se
245 refere a convocação para a conferência municipal e a outra trata sobre o
246 regimento interno da conferência, o qual será aprovado no dia da conferência. A
247 comissão entende que a conferência deverá acontecer no dia 13/08/21, sexta-
248 feira, prazo limite para a realização das conferências municipais. O prazo para a
249 organização é curto. A conferência municipal será transmitida virtualmente,
250 sendo utilizado o espaço da plenária da Câmara Municipal, havendo

251 primeiramente um momento para tratar sobre a temática, na sequência o
252 momento para o trabalho dos grupos e finalizando com a plenária final e eleição
253 dos delegados. Sobre as pré-conferências, a comissão pensou que elas devem
254 ocorrer nos territórios, tendo por base os cinco CRAS, sendo que os encontros
255 preparatórios aconteceriam nas entidades que atuam nestes territórios. A
256 orientação é que esses encontros aconteçam de forma virtual, porém se o
257 espaço possibilitar as condições sanitárias pode acontecer de forma presencial;
258 especialmente pensando na demanda atendida que não tem acesso à internet.
259 Esses encontros seriam realizados no período do final do mês de junho até a
260 primeira semana de julho para que possa ser feita a pré-conferência daquele
261 território (período de 28/06 à 09/07), neste espaço em cima das propostas feitas
262 nas entidades, serão escolhidas as propostas que serão levadas a conferência
263 municipal. Desta forma a comissão possui tempo hábil para compilar todas as
264 propostas e organizar outras etapas da conferência. A comissão também pensou
265 em um material de apoio para ser utilizado nos encontros, bem como um material
266 de divulgação da conferência. Outra sugestão da comissão é que o espaço do
267 conselho seja utilizado para iniciar o primeiro encontro preparatório para a
268 conferência. O presidente abre a plenária para manifestações. Sra. Irene coloca
269 sua preocupação com relação aos materiais e a logística para a realização das
270 pré-conferências de maneira virtual, sendo necessária uma organização prévia.
271 Sra. Mary Hellen coloca que será muito difícil a realização dos encontros de
272 forma virtual, uma vez que as famílias atendidas pela VIP residem em terrenos
273 de ocupação e em sua grande maioria não possuem acesso à internet; Além do
274 fato do sinal não ser de boa qualidade e apresentar certa instabilidade. Por este
275 motivo, alega que será possível realizar os encontros presenciais, com grupos
276 pequenos, respeitando todas as normas sanitárias.

277 Sra. Suzana coloca para a Sra. Mary Hellen a proposta de dividir os
278 responsáveis pelas crianças e adolescentes atendidos em grupos pequenos e
279 realizar esses encontros preparatórios, registrando as informações em
280 instrumental específico. Ressalta que cada CRAS e território tem suas
281 especificidades e que isso tem que ser considerado na organização das pré-
282 conferências.

283 O presidente abre para manifestações da plenária quanto as resoluções
284 da conferência e votação, não havendo nenhuma questão contrária, aprovadas
285 as resoluções normativas.

286 Seguindo para o oitavo e último item da pauta assuntos gerais, Sr. Kléber
287 informa que a prefeitura de São Vicente, através da secretaria de planejamento,
288 procurou o conselho para que seja realizada a publicização das informações
289 referentes às convocações para as reuniões ordinárias, as atas, resoluções
290 normativas e outros documentos num espaço destinado aos conselhos
291 municipais dentro do site da prefeitura. Houve uma reunião com a secretaria de
292 planejamento onde já foram inseridas as informações do conselho no site da

293 prefeitura. Com isso, todos os conselheiros e demais membros já podem ter
294 acesso a todas as publicações. O presidente destaca que o CMAS é o conselho
295 que apresenta mais informações no site. Na sequência a Sra. Maria Bueno,
296 representante do FORTSUAS solicita a palavra, primeiramente explica que faz
297 parte do conselho municipal dos usuários dos serviços públicos de Santos, e
298 coloca que em breve esse conselho terá que existir em todos os municípios.
299 Dentro deste conselho representa a parte da cidadania, que abrange todos os
300 serviços da assistência social municipais, no contexto, faz os seguintes
301 questionamentos, o primeiro mais direcionado aos trabalhadores do SUAS é se
302 em São Vicente existe o plano de cargos, carreiras e salários? Segundo, os
303 benefícios eventuais estão regulamentados no município? E terceiro, o município
304 dispõe de lei municipal do SUAS, porém a mesma não está sendo executada de
305 fato, como fazer para que a lei seja colocada em prática? Sra. Irene explica que
306 ainda não temos o plano de cargos, carreiras e salários, já houveram alguns
307 movimentos dos trabalhadores, inclusive com a participação do Sr. Flavio
308 Saraiva, que faz parte do sindicato dos servidores de Santos, porém essa
309 questão também depende da reforma administrativa, a qual está em tramite na
310 Câmara Municipal.

311 Em relação à lei municipal do SUAS, Sra. Rosana Leite explica que a
312 demanda partiu da própria gestão, a qual na ocasião era formada
313 majoritariamente por servidoras públicas, incluindo a própria secretária de
314 assistência. Fator que foi de extrema importância para a fomentação da lei e
315 sua aprovação em 2016. Na ocasião ocorreram algumas alterações na lei, as
316 quais comprometeram um pouco um pouco a garantia de direitos, especialmente
317 no que se refere ao plano de cargos e carreiras; porém foi garantida a ferramenta
318 da mesa de negociação, sendo que utilizando essa ferramenta com a
319 organização dos trabalhadores, foi possível trazer algumas propostas para o
320 secretário e para o prefeito e, dentro dessas propostas, está o comprometimento
321 desta gestão municipal com o andamento da questão do plano de cargos,
322 carreiras e salários, inclusive existe uma comissão especial na Câmara para as
323 questões da assistência social. Concomitante a isso existe um grupo de
324 trabalhadores da SEAS que já vem se organizando em cima de alguns
325 documentos, para que essa comissão especial de vereadores chame os
326 trabalhadores para uma audiência pública para a construção desse plano de
327 cargos. Contudo, esse plano precisa estar alinhados com outras legislações
328 municipais, as quais atualmente caminham em direções diferentes. É necessário
329 também regulamentar os benefícios eventuais, até para que possam estar
330 contemplados de maneira adequada dentro do orçamento municipal. Sra.
331 Rosana Leite finaliza reafirmando a importância da organização dos
332 trabalhadores nesse processo de implantação e regulamentação da lei
333 municipal, o diálogo com todas as esferas governamentais, poder executivo e
334 legislativo e a escuta dos usuários garantindo assim a paridade na participação
335 da construção da política pública.

336 Sra. Suzana agradece a participação da Sra. Maria Bueno representando
337 o FORTSUAS e reafirma que é muito importante essa questão da lei municipal
338 estar presente no conselho, até para conhecimento dos conselheiros, inclusive
339 inseriu no grupo o documento referente à lei municipal do SUAS para que todos
340 possa ter acesso e auxiliar nesse percurso de sua regulamentação no município
341 de São Vicente.

342 Ainda nos assuntos gerais, Sr. Marcos representante da Alfa e Ômega faz
343 um convite para o dia 18 de Maio (Dia Nacional de Luta contra o Abuso Sexual
344 às Crianças e Adolescentes), onde acontecerá uma ação no semáforo próximo
345 a lagoa na área continental, será realizado um “Drive in do Direito”, com a
346 participação do conselho tutelar, respeitando todas as orientações sanitárias. O
347 outro convite é para os dias 26 e 27 de maio onde será realizado um fórum virtual
348 (página do CMDCA nas redes sociais) com a participação do Dr. Rodrigo Sales
349 (juiz da vara da infância e juventude de São Vicente) e Sr. Marcelo Nascimento
350 (ex conselheiro tutelar e coordenador do fórum dos conselheiros de direitos do
351 estado de São Paulo).

352 Sra. Aurora, representante do FORTSUAS faz o convite para uma
353 atividade virtual em comemoração ao dia do assistente social (15 de Maio), que
354 ocorrerá no dia 13/05 com a participação da Prof^a Maria Carmelita Yasbek, no
355 canal do Youtube da livraria Cortez. Aproveita o ensejo e manda um abraço
356 repleto de solidariedade e acolhimento a todos os assistentes sociais do
357 município de São Vicente.

358 Sras. Rosana Leite e Glauca aproveitam para parabenizar à todos os
359 assistentes sociais e psicólogos pelos nossos movimentos de luta e resistência
360 e desejam à todos muita saúde, imunidade e força para que seja possível
361 atravessar essa pandemia.

362 Sendo assim, o presidente encerra a reunião.

363 Lilian Bezerra Fontes Silva Duarte

364 1^a Secretária CMAS.

Convocação
Reunião Ordinária

O Conselho-Diretor do **Conselho Municipal de Assistência Social de São Vicente (CMAS)**, em conformidade com o cronograma previsto na Resolução Normativa nº. 04/2021, convoca seus representantes e convida os demais interessados para **Reunião Ordinária** a ser realizada em **12 de maio de 2021**, às **14h00**, por meio da plataforma ZOOM, cujo *link* segue abaixo:

<https://drive.google.com/drive/folders/1TYIDo0lcBBXWyblog1sd6W2oeVQCSeRr?usp=sharing>

Pauta:

1. Leitura e aprovação da Ata das Reuniões Ordinárias de **março** e **abril** de 2021;
2. Preenchimento da vaga de segundo secretário;
3. Apresentação SEAS;
4. Aprovação de Resolução Normativa que dispõe da definição dos parâmetros municipais para inscrição de entidades e serviços;
5. Aprovação de Resolução Normativa que dispõe da alteração do Regimento Interno do CMAS-SV;
6. Comissão de Inscrição: andamento dos processos / revalidações;
7. Comissão Conferência: apresentação de cronograma e demais informações;
8. Assuntos gerais.

Certos de contarmos com vossa presença, agradecemos, antecipadamente.

São Vicente, 30 de abril de 2021.

Felipe Silva Galvão
Presidente do CMAS/SV

ATA DA REUNIÃO

REUNIÃO ORDINARIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO VICENTE REALIZADA, EM 09 DE JUNHO DE 2021.

Ao nono dia do mês de junho de 2021, através de reunião virtual na plataforma “zoom cloud meeting”, realizou-se reunião ordinária do CMAS, conforme registro de presença em instrumental próprio em anexo, para deliberar a seguinte pauta: **1.** Leitura e aprovação das Atas das Reuniões Ordinárias de abril e maio de 2021; **2.** Deliberação acerca da reprogramação FMAS (Ofício de 24/05/2021 – SEAS); **3.** Atualização das comissões temáticas, em conformidade com o Regimento Interno do CMAS-SV, a saber: a) Comissão de Finanças e Orçamento. b) Comissão de Políticas Públicas, Legislação, Defesa e Garantias de Direitos. c) Comissão de Relações Inter-Institucionais. d) Comissão de Certificação; **4.** Apresentação à Plenária da documentação relacionada à execução do Serviço “Atendimento socioassistencial de 300 (trezentos) adolescentes e adultos, usuários do SUAS, acompanhados pelo Programa de Medidas Socioeducativas, PETI e PAEFI”, pela OSC Alfa e Ômega; **5.** Deliberação das alterações do Regimento Interno, cuja minuta foi apresentada pela Comissão Permanente de Análise do referido instrumento; **6.** Comissão Organizadora da XIV Conferência Municipal de Assistência Social; **7.** Comissão de Inscrição: revalidações e novos pedidos de inscrição; **8.** Assuntos gerais e informes: a) Utilização de Resolução Normativa para inscrição de entidades e organizações de Assistência Social e dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais: expedição de solicitação de CMDCA. b) Informe da solicitação da SEAS de documentos da prorrogação do mandato. c) Chamamentos públicos da Assistência Social, publicados no site da Prefeitura de São Vicente.

O presidente Sr. Felipe, inicia com o primeiro item da pauta, perguntando aos conselheiros se todos receberam as atas dos meses de abril e maio que foram encaminhadas por e-mail e, se tem alguma consideração a fazer em referente aos documentos? O vice presidente Sr. Kléber coloca que é necessária uma correção no cabeçalho das atas onde consta reunião “extraordinária” substituir por reunião “ordinária”. A primeira secretária Sra. Lilian informa que fará as devidas correções. Sra. Mary Hellen, representante da VIP, coloca que na lista de presença da reunião do mês de abril não consta seu nome, tendo participado da reunião, o vice presidente informa que fará a correção e reforça a importância dos participantes informarem os nomes e as instituições que representam por escrito no chat, facilitando assim a confecção da lista de presença. Sra. Tathiane, representante da SEDUC também informa que não participou da última reunião devido a ausência de comunicação. O presidente explica que algumas secretarias tiveram dificuldades em informar seus representantes, porém acredita que a partir desta reunião, essas questões de comunicação serão resolvidas. Na sequência as atas são colocadas para apreciação dos conselheiros, como não houve nenhuma manifestação contrária, as atas são aprovadas.

No segundo item da pauta referente a Deliberação acerca da reprogramação FMAS (Ofício de 24/05/2021 – SEAS), o ofício foi encaminhado por e-mail aos conselheiros e o presidente pergunta se existe alguma dúvida em relação ao ofício. O vice presidente coloca que ao ler o ofício não fica claro para qual finalidade serão

46 reprogramados os recursos e solicita aos representantes da SEAS um esclarecimento.
47 Sr. Felipe enquanto representante da SEAS no conselho realiza a apresentação
48 detalhada dos locais/serviços onde serão aplicados os recursos, explica que esse
49 trâmite não é tão simples, uma vez que a secretaria não pode simplesmente remanejar
50 o recurso de uma proteção para outra, até por orientação da DRADS os recursos
51 prioritariamente devem ser utilizados na mesma proteção. Então dentre os itens que a
52 secretaria priorizou para a reprogramação, estão os seguintes: **a.** Oferta de alimentação
53 e outros itens básicos e bens necessários que assegurem a população e evitem a
54 propagação da Covid-19; **b.** Pessoas com deficiência acolhidas (Residência Inclusiva),
55 visando o suporte também para as pessoas com deficiência que possam estar em outros
56 serviços de acolhimento; **c.** Crianças e jovens acolhidos, objetivando o suporte
57 financeiro nas questões mais específicas de cada serviço de acolhimento, por exemplo,
58 houve um problema na geladeira de um dos serviços, esse recurso vem para dar um
59 suporte financeiro para que seja resolvida a questão; **d.** Jovens egressos dos serviços
60 de acolhimento, por exemplo, investimento em uma república, para que esses jovens
61 ao completarem a maioria possam ter acompanhamento e um suporte para
62 organizarem suas vidas. Cabe ressaltar que este item já vem sendo trazido nas últimas
63 conferências municipais; **e.** População de rua acolhida, visando o suporte aos serviços
64 de acolhimento, uma vez que a população em situação de rua aumentou
65 consideravelmente durante a pandemia e também seu perfil se modificou; **f.** População
66 de Rua não institucionalizada, recurso para ofertar suporte a demanda que estão em
67 situação de rua, acompanhada pelo serviço público, porém não está inserida nos
68 serviços de acolhimento; **g.** Migrantes e /ou refugiados acolhidos, observada de forma
69 ainda contida uma crescente desta demanda no município de São Vicente, necessitando
70 de uma atenção em relação ao recurso; **h.** Migrantes e/ou refugiados não
71 institucionalizados, mesma justificativa anterior; **i.** Mulheres em situação de violência,
72 em virtude do aumento dos casos o município precisa dar uma atenção e um suporte
73 financeiro a esta demanda, por isso o destaque como prioridade; **j.** Pessoas idosas e **k.**
74 Outras famílias em situação de vulnerabilidade, completando as demandas destacadas
75 como prioritárias a serem atendidas na reprogramação dos recursos. Agora seguindo
76 para os saldos existentes nas contas em 30/04/21, Sr. Felipe explica que apesar do ano
77 administrativo encerrar-se em dezembro de 2020, no entendimento da DRADS e do
78 governo federal, o período de abrangência da reprogramação se dá a partir do momento
79 em que é expedido o ofício autorizando tal procedimento, que no caso foi no mês de
80 abril do presente ano. Diante do exposto, o saldo constante neste período dividido por
81 blocos ficaram: Bloco da Gestão do SUAS/COVIDACO – R\$ 12,65, Bloco da Gestão do
82 SUAS/COVIDALI – R\$ 272.498,92 e Bloco Da gestão do SUAS/COVIDEPI – R\$
83 88.527,77. Sr. Felipe explica ainda que o fato dos valores reprogramados serem baixos,
84 significa que houve o uso dos recursos, apesar de todos os obstáculos burocráticos que
85 acabam interferindo em sua utilização. Sra. Glaucia complementa explicando que como
86 pode ser observado o recursos reprogramados se referem a proteção especial, fazendo
87 parte desta proteção os seguintes serviços: CREAS (Insular e Continental), Centro POP,
88 e os serviços de acolhimento, sendo quatro de execução direta e os demais de
89 execução indireta (conveniados). Colocado à plenária para manifestação, o Sr. João faz
90 um questionamento sobre qual a tarefa do conselho diante a proposta apresentada pela
91 secretaria? Os conselheiros não precisam aprovar nenhum plano detalhado? Sra.
92 Glaucia explica que atualmente existe uma autonomia aos municípios quanto a
93 utilização dos recursos, claro que respeitando a proteção social ao qual pertenciam em

94 primeira instância, e que caso alguma demanda necessite de maior prioridade, tal fato
95 será justificado na apresentação da prestação de contas. Portanto, não havendo
96 nenhuma outra manifestação, considera-se aprovado o pedido de reprogramação dos
97 recursos pela SEAS. O vice presidente explica que posteriormente será publicada no
98 site da prefeitura municipal a resolução normativa que trata sobre a aprovação dos
99 recursos.

100 No terceiro item da pauta sobre atualização das comissões temáticas, o
101 presidente coloca que foram enviados e-mail's a todos os conselheiros informando
102 sobre as comissões para que estes possam escolher, porém até o momento só uma
103 conselheira respondeu. Cabe ressaltar que no regimento interno determina que todos
104 os conselheiros devem participar de pelo menos uma comissão. O vice presidente
105 propõe que aproveite a reunião para estabelecer a composição das comissões. O
106 presidente solicita que seja realizada uma chamada nominal seguindo a lista de
107 presença, onde cada conselheiro já manifesta em qual comissão irá participar. O vice
108 presidente solicita que seja dada uma atenção maior a Comissão Permanente para
109 Discussão da Situação da Política de Atenção as Pessoas em Situação de Rua no
110 Município de São Vicente , a qual foi formada nas últimas reuniões deste conselho e
111 seria importante tratar sobre as competências desta comissão; continua explicando que
112 atualmente o conselho tem cinco comissões permanentes (1.Comissão de Finanças e
113 Orçamento; 2.Comissão de Políticas Públicas, Legislação, Defesa e Garantias de
114 Direitos; 3.Comissão de Relações Inter-Institucionais; 4.Comissão de Inscrição e
115 5.Comissão Permanente para Discussão da Situação da Política de Atenção à Pessoa
116 em Situação de Rua no Município de São Vicente) e três comissões temporárias
117 (1.Comissão Temporária de Análise do Regimento Interno do Conselho Municipal de
118 Assistência Social de São Vicente; 2.Comissão Temporária do Processo de Conferência
119 da Assistência Social e 3.Comissão Temporária do Processo Eleitoral da
120 Representação da Sociedade Civil no CMAS/SV (gestão 2021/2023). Sendo assim,
121 inicia-se a chamada nominal, Sr. Felipe Galvão presidente e representante da SEAS
122 (Comissão de Finanças e Orçamento e Comissão de relações Inter-Institucionais);
123 Glaucia representante da SEAS (Comissão de Políticas Públicas e Comissão de
124 Inscrição); Sr. Bruno Pierre representante da SEAS (Comissão de Finanças e
125 Orçamento); Sra. Tathiane representante da SEDUC (Comissão de Inscrição); Sra.
126 Eliene representante da SEHAB (Comissão de Relações Inter-Institucionais) ; Sra.
127 Andrea Menezes representante da SEHAB (Comissão de Relações Inter-Institucionais);
128 Sr. Kléber vice presidente e representante da sociedade civil pela organização social
129 ADESAF (Comissão de Finanças e Orçamento e Comissão de Políticas Públicas); Sra.
130 Márcia representante da sociedade civil pela organização social CAMP Rio Branco
131 (Comissão de Políticas Públicas); Sr. Paulo representante da Secretaria de Comércio
132 (Comissão de Políticas Públicas); Sr. João Carlos representante da sociedade civil pela
133 organização social Camará (Comissão de Finanças e Orçamento e Comissão
134 Permanente para Discussão da Situação da Política de Atenção à Pessoa em Situação
135 de Rua); Sra. Lucia Lela representante da sociedade civil pela organização social APAE
136 (Comissão de Finanças e Orçamento); Sra. Lilian representante da sociedade civil no
137 segmento dos trabalhadores do SUAS (Comissão de Inscrição e Comissão Temporária
138 do Processo de Conferência da Assistência Social e Comissão Temporária do Processo
139 Eleitoral da Representação da Sociedade Civil no CMAS/SV (gestão 2021/2023); Sra.
140 Suzana representante da sociedade civil no segmento dos trabalhadores do SUAS

141 (Comissão de Finanças e Orçamento e Comissão Temporária do Processo de
142 Conferência da Assistência Social); Sra. Ordália representante da sociedade civil no
143 segmento dos trabalhadores do SUAS, antes de manifestar qual comissão irá participar
144 pergunta se a comissão do Programa Bolsa Família não existe mais? O presidente
145 explica que essa comissão foi insituída durante um período e não foi regimentada como
146 uma comissão permanente deste conselho, mesmo assim reconhece a importância e
147 sugere que na próxima pauta seja colocado para a discussão duas comissões, a de
148 gestão do Programa Bolsa Família e dos Benefícios Eventuais, em seguida Sra. Ordália
149 manifesta seu desejo de participar da Comissão de Políticas Públicas. Os demais
150 conselheiros que não estão presentes na reunião receberão novamente um e-mail para
151 a manifestação referente à participação nas comissões.

152 Seguindo para o quarto item da pauta que trata sobre a apresentação à plenária
153 da documentação relacionada à execução do Serviço “Atendimento socioassistencial
154 de 300 (trezentos) adolescentes e adultos, usuários do SUAS, acompanhados pelo
155 Programa de Medidas Socioeducativas, PETI e PAEFI”, pela OSC Alfa e Ômega; o
156 presidente explica que foi efetuados alguns questionamentos à SEAS, sendo recebido
157 na manhã deste dia um ofício com a resposta, porém não foram contempladas todas as
158 informações solicitadas. Contudo, a sugestão é que a documentação apresentada pela
159 secretaria seja encaminhada à Comissão de Políticas Públicas para a análise, ficando
160 estabelecida a apresentação da avaliação para a próxima reunião ordinária ou uma
161 reunião extraordinária. O presidente sugere que seja marcada uma reunião
162 extraordinária para tratar deste assunto, uma vez que a reunião ordinária de julho
163 preferencialmente se debruçará na organização da Conferência Municipal de
164 Assistência Social. O vice presidente coloca que a discussão sobre o atendimento e o
165 termo de convênio celebrado com a organização Alfa e Ômega já vem sendo discutida
166 não só no CMAS mas em outros conselhos e, em virtude disso o CMAS solicitou à SEAS
167 que encaminhasse todos os documentos referentes ao convênio, tendo a resposta
168 chegado na data de hoje, ultrapassando o prazo estabelecido que foi no dia dezessete
169 de maio; sendo que a resposta foi de que a secretaria solicitou à organização o
170 encaminhamento da documentação. Entretanto, os documentos encaminhados pela
171 SEAS ao CMAS não estão completos. O presidente informa que em diálogo com a chefe
172 de gabinete da SEAS Sra. Janaina recebeu a informação de que o restante dos
173 documentos já estão na secretaria e serão devidamente encaminhados ao CMAS. O
174 vice presidente propõe a data de 23/06/21 para a realização da reunião extraordinária
175 para tratar deste assunto, a plenária concorda, sendo encaminhada posteriormente
176 convocação por e-mail aos conselheiros.

177 No quinto item da pauta temos as deliberações das alterações do Regimento
178 Interno, o vice presidente explica que conforme minuta encaminhada por e-mail aos
179 conselheiros conforme a finalização da análise da comissão responsável, o qual traz
180 pequenas alterações, mais especificamente na parte onde trata da participação dos
181 representantes do governo, fato que acaba prejudicando nas deliberações por conta
182 questão da paridade. Algumas questões de nomenclatura também foram alteradas, por
183 exemplo a comissão de certificação agora fica nomeada como comissão de inscrição,
184 atendendo a orientação do CNAS, entre outros termos. Cabe ressaltar que todas as
185 alterações estão destacadas no texto na cor amarela para facilitar a identificação por
186 parte dos conselheiros. O vice presidente abre aos conselheiros para as manifestações.
187 Sra. Hanna, representante da Assessoria de Políticas Públicas para a Mulher faz um
188 questionamento referente ao capítulo V, na parte onde fala sobre a vacância de cargo

189 de conselheiro titular foi acrescentando um parágrafo segundo onde diz **“Nos casos de**
190 **vacância do conselheiro titular em que o suplente não puder substituí-lo e/ou não**
191 **houver suplente substituto, a Plenária poderá deliberar e publicar resolução**
192 **normativa com processo de eleição simplificado para que a vaga seja ocupada.”** ;
193 solicita esclarecimentos em relação as problemáticas encontradas pela comissão para
194 que se chegasse a essa conclusão, bem como deseja saber como será definida essa
195 eleição e quais os critérios serão considerados para essa decisão? O vice presidente
196 explica que a alteração se deu em virtude de casos vivenciados na prática no conselho,
197 por exemplo, atualmente existem vacância nas vagas de usuários, questão que
198 contribuiu para a alteração nesta parte do regimento interno; já no que se refere ao
199 processo de eleição, seria como o processo habitual de eleição para a sociedade civil,
200 onde seria formada uma comissão para determinar quais são os critérios para participar
201 da eleição, quem são as pessoas que podem participar, quais são as vagas onde
202 existem vacâncias; ou a plenária também pode deliberar sobre a seleção de alguém
203 para a vaga. Sra. Hanna questiona se todas as vacâncias são referentes as vagas de
204 usuários? O vice presidente explica que atualmente pela sociedade civil a vacância
205 existe nas vagas de usuários, sendo dois usuários que não estão participando; existem
206 também vacâncias nas representações governamentais, porém estas dependem das
207 indicações do prefeito ou das secretarias. Sra. Hanna contrapõe colocando que sendo
208 representação do governo ou sociedade civil para que caracterize a ausência existem
209 alguns critérios relacionados a quantidade de faltas sem justificativa, etc. O vice
210 presidente confirma e explica que essa informação já está contemplada no próprio
211 regimento interno. Sra. Glaucia apresenta uma dúvida referente a este mesmo item,
212 questiona se em cada reunião serão eleitos conselheiros para deliberar sobre assuntos
213 específicos? Coloca que se for esse o caso existe uma contradição com o sentido do
214 conselho que seria um grupo de pessoas escolhidas para tratar sobre a política de
215 assistência social no município. Sr. Marlon explica que não se trata disso e sim para os
216 casos em que os conselheiros declinam da sua participação ou são retirados por algum
217 motivo e as existem as vacâncias, que possam ser eleitos novos conselheiros para
218 ocupar essas vagas até o final da gestão atual, sem precisar esperar até o fim do
219 mandato para novas eleições. Sra. Hanna comenta que este item poderia ser
220 reformulado a fim de deixar mais clara a informação; aproveita e pergunta se o conselho
221 sabe os motivos pelos quais os usuários deixaram de participar das reuniões? Se foi em
222 virtude de algum obstáculo em que o próprio conselho poderia auxiliar? O vice
223 presidente explica que na verdade no momento da eleição já não foi possível ocupar
224 todas as vagas destinadas aos usuários pela ausência de candidatos, e posteriormente
225 um dos usuário justificou sua saída da vaga pois estava se vinculando a gestão
226 municipal e a outra usuária foi realizado o contato e a mesma afirmou que não desejava
227 mais participar do conselho. O presidente coloca que a questão é mais ampla quando
228 analisamos que uma grande parte dos usuários atendidos desconhece a existência do
229 conselho e sua função, e isso está diretamente ligado ao trabalho técnico de informação
230 e conscientização dentro dos serviços. Inclusive o presidente recorda que em uma
231 conferência em que uma pessoa em situação e rua foi eleito delegado e a dificuldade
232 que se tem para que isso se mantenha, tendo em vista que essa população é muito
233 variável. Sr. João explica que quando o Camará realizava o trabalho de abordagem
234 social a população em situação de rua, a equipe conheceu o João Roberto que no
235 primeiro momento em decorrência de algumas pendências não revelava seu nome e
236 sim seu apelido “Boi”, e que a equipe pode conhece-lo melhor e informá-lo sobre o

237 espaço do conselho e a importância de sua participação dentro deste. Ressalta que a
238 pergunta da Sra. Hanna é muito importante, pois quando nos perguntamos quais são
239 as dificuldades para a participação, entendemos que só conseguimos conhecer a
240 realidade dos usuários através do acompanhamento; explica ainda que o trabalho
241 educativo com os usuários era possível através das assembleias realizadas pelo
242 Camará, onde era trabalhada a importância da participação nos espaços e as
243 possibilidades de participação. Sr. João complementa ainda que no momento que
244 estamos próximos a uma conferência municipal seria um tema interessante para ser
245 trabalhado “Como a conferência pode tratar sobre a existência e o funcionamento de
246 um conselho municipal de políticas públicas”, especialmente neste conselhos que são
247 paritários e acabam demandando maior participação dos usuários; que condições
248 podemos possibilitar aos usuários para garantir a participação nestes espaços, além de
249 possibilitar os espaços de diálogo e reflexão, quais condições objetivas podemos ofertar.
250 Sra. Hanna concorda e coloca que é necessário democratizar a participação nestes
251 espaços dos conselhos, para que não ocorram frequentes vacâncias e
252 consequentemente novas eleições. O presidente coloca também que um fator que pode
253 estar contribuindo para essa ausência é a suspensão das reuniões de território, pois
254 nestes espaços era possível trabalhar com os usuários. Entretanto, é um desafio
255 retomar este trabalho dentro de uma realidade de pandemia onde há três semanas o
256 município está com uma ocupação de 100% dos leitos de UTI para pacientes com
257 Covid-19? Sra. Vanessa Sá, diretora da proteção social de alta complexidade, coloca
258 que a pandemia realmente dificultou muito a participação dos usuários, a questão das
259 reuniões online são complicadas, pois alguns usuários não tem aparelho celular, quando
260 tem não possuem acesso à internet, por isso se faz necessário pensar estratégias para
261 propiciar a participação, algumas vezes a questão do horário atrapalha, mesmo
262 ocorrendo de forma presencial, no período vespertino muitos usuários estão
263 trabalhando, podendo participar apenas no período noturno. O presidente cita o exemplo
264 do Centro Pop, onde atualmente encontra-se na coordenação, explica que algumas
265 reuniões tem utilizado um projetor para que os usuários possam participar, inclusive já
266 havia organizado o material para esta reunião; no entanto, a internet no serviço está
267 funcionando apenas em uma única sala, impossibilitando assim a participação dos
268 usuários. Sra. Hanna coloca que compreende a preocupação do conselho em relação
269 a garantir a participação dos usuários, porém essa informação não fica clara no texto da
270 resolução, pergunta se haverá um outro momento para a discussão dos pontos ou se a
271 comissão pode receber algumas propostas de texto por e-mail? Sr. João explica que o
272 trâmite de acesso dos usuários ao conselho passa por um processo de eleição que está
273 previsto em lei, não é no regimento que está posto como deve ser a composição do
274 conselho e sim na lei é que está descrito isso, pois uma vez que se respeita os
275 procedimentos que estão na lei você realiza a composição do conselho com a
276 quantidade de correta de representações tanto do poder público como da sociedade
277 civil. A questão que está que precisa ser solucionada é quando existe a vacância é
278 acionado o suplente, porém quando não existe o suplente como se resolve essa
279 situação. Sra. Tathiane, representante da SEDUC coloca que a situação se assemelha
280 a sua, inclusive havia questionado isso ao administrativo do conselho pois não havia
281 sido informada quanto sua participação no conselho e, diante da saída do titular,
282 automaticamente foi acionada como suplente. Sr. João esclarece que as
283 representações governamentais são mais fáceis e serem repostas, uma vez que só
284 dependem da indicação das secretarias ou do prefeito, já no caso da sociedade civil é

285 necessária uma eleição para repor essas vagas. A proposta de alteração no regimento
286 vem para tentar facilitar esse processo de eleição caso ocorra alguma vacância nas
287 vagas da sociedade civil. Sra. Hanna pergunta como se daria esse processo de eleição
288 simplificado? Sr. João explica que justamente esse processo teria que ser construído
289 em conjunto com a plenária, mas o que se entende como proposta no documento seria
290 a realização de uma eleição simplificada apenas para ocupar a vacância existente,
291 sendo muito mais fácil do que abrir todo um processo eleitoral convencional. O vice
292 presidente confirma que a proposta é que a plenária possa deliberar sobre a ocupação
293 da vaga. Sra. Glaucia coloca que existe uma preocupação com essa questão,
294 primeiramente porque a nossa atenção tem que ser em manter as pessoas participando
295 do conselho e também por conta de ser uma alteração na lei e isso pode influenciar na
296 questão da eleição, teria que verificar se juridicamente isto pode ser feito, até pelo fato
297 de que o regimento não pode se sobrepor a lei de criação do conselho. Diante do
298 exposto o vice presidente em posse da lei de criação do conselho, realiza a leitura do
299 quarto parágrafo onde diz “ O regimento interno do CMAS definirá as hipóteses de perda
300 do mandato ou substituição de seus membros”; portanto, o instrumento que irá definir
301 essas situações é o regimento interno, e por isso a proposta no texto de colocar esses
302 critérios tanto de destituição como de recondução. Sr. João coloca que de encontro à
303 fala da Sra. Hanna, talvez seja necessário detalhar mais como se dará esse processo
304 de suprimento de vacância. O vice presidente coloca ainda que diante da experiência
305 vivenciada nas ultimas eleições dos representantes da sociedade civil, é criada uma
306 comissão que organiza o processo eleitoral e nesse caso o procedimento seria o
307 mesmo. Sra. Glaucia sugere que então o texto poderia ser modificado sendo incluída a
308 informação de que pode ser realizada eleição a qualquer tempo para o preenchimento
309 das vacâncias por segmento objetivando não prejudicar a paridade. O vice presidente
310 então sugere a seguinte alteração no texto “Nos casos de vacância do conselheiro titular
311 e o suplente não puder substituí-lo e/ou não houver suplente substituto, a plenária pode
312 deliberar pela abertura de um novo processo eleitoral para o suprimento da vaga do
313 segmento”. Sra. Hanna pergunta se após as alterações na redação do texto da minuta
314 ela será encaminhada novamente? O vice presidente coloca que para esta reunião a
315 programação seria para deliberar quanto a aprovação da minuta. O presidente então
316 sugere que as contribuições para alteração no texto da minuta sejam encaminhadas por
317 e-mail até o dia 20/06 para que o texto final possa ser apresentado e aprovado na
318 reunião extraordinária do dia 23/06. Sra. Alessandra como membro da comissão
319 responsável pela análise do regimento interno ressalta que desde 2019 já existe a
320 proposta de alteração no documento, porém nunca houve nas reuniões quórum para tal
321 deliberação, coloca que é importante proporcionar o espaço para o debate. Sr. Bruno
322 Rodrigues, representante do SINDSERVSV coloca se não seria possível haver uma
323 forma para que os usuários ou representantes das entidades que já participam do
324 conselho possam ocupar essas vagas com vacância, de forma a desburocratizar o
325 processo, evitando assim durante um processo eleitoral convencional o surgimento de
326 pessoas ou entidades que tenham algum interesse de cunho político e que mesmo sem
327 nunca terem participado do conselho, acabarem sendo escolhidas para ocuparem essas
328 vagas. Inclusive relembra o caso do Sr. Jeferson, usuário que participava ativamente do
329 conselho, porém como não havia sido eleito, permaneceu como suplente e, em
330 deliberação da plenária foi definida sua participação como conselheiro titular no
331 segmento de usuários. Sr. Bruno Rodrigues coloca também outra questão que precisa
332 ser vista diante da possibilidade de novas eleições que é a possibilidade de participação

333 por parte das entidades dentro do limite de tempo da lei, por exemplo, em alguns casos
334 pelo fato da entidade ter participado do conselho em duas gestões consecutivas, no
335 caso de uma nova eleição esta entidade não poderia participar pois conforme a lei ela
336 teria que se afastar das atividades do conselho antes de poder concorrer novamente. O
337 vice presidente explica que no artigo 6º da lei diz que “o mandato dos conselheiros tem
338 duração pelo período de dois anos podendo haver reeleições”, porém não coloca tempo
339 limite. Aberto a plenária para a manifestação sobre a inclusão do item do regimento
340 interno na pauta da reunião extraordinária do dia 23/06, a plenária está de acordo,
341 ficando estabelecida resolução deste item.

342 No sexto item da pauta temos a apresentação da Comissão Organizadora da
343 XIV Conferência Municipal de Assistência Social, onde o presidente inicia pontuando as
344 questões que ainda se encontram pendentes em relação a conferência, por exemplo, o
345 conselho está aguardando a publicação da convocação no site da prefeitura, inclusive
346 dirige o questionamento sobre a publicação ao Sr. Alexei, representante da secretaria
347 de planejamento. O presidente explica que a publicação oficial é muito importante, pois
348 a partir dela que se faz possível a realização dos pedidos de insumos e materiais para
349 o evento. Sr. Alexei informa que em breve o decreto para a convocação da conferência
350 será publicado em breve, o documento já se encontra nas mãos do prefeito para a
351 assinatura. O vice presidente sugere que a comissão já possa adiantar os instrumentais
352 e o cronograma das atividades.

353 Em continuidade da pauta, no sétimo item temos a apresentação da comissão
354 de inscrição, onde inicia a Sra. Alessandra, integrante da comissão, inicia lembrando
355 a todas as entidades que o prazo de revalidação das inscrições foi prorrogado pelo
356 Conselho Nacional de Assistência Social até o dia 31/12/21 em virtude da pandemia.
357 Todavia, a comissão realizará a apresentação das entidades que encaminharam a
358 documentação até o dia 30/04/21 e estavam em análise. Iniciando pelas entidades em
359 situação de revalidação, temos a Alfa e Ômega que entregou sua documentação no
360 mês de abril, porém diante de tudo que já foi discutido permanece em análise; a
361 AMADEF também entregou a documentação no mês de abril, porém como surgiram
362 algumas questões, a comissão deliberou acerca da realização de uma visita técnica,
363 permanecendo em análise até a conclusão do parecer. Ainda nas revalidações temos o
364 CAMPSV (serviço ofertado – ações de promoção e integração ao mundo do trabalho),
365 o qual entregou a documentação em abril, foi realizada a análise e a sugestão da
366 comissão é para o DEFERIMENTO da inscrição; a APAE (serviços ofertados –
367 Acolhimento Insitucional / Residência Inclusiva (alta complexidade) e Serviço de
368 Proteção Social para Pessoas com Deficiência (média complexidade), entregue a
369 documentação em abril, realizada a análise e a sugestão da comissão é pelo
370 DEFERIMENTO da inscrição; a NUMEC (serviço ofertado – Serviço de Convivência e
371 Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes (proteção básica), entregue
372 a documentação em abril, em virtude de alguns questionamentos foi realizada uma
373 reunião com a técnica responsável para os esclarecimentos e a comissão sugere o
374 DEFERIMENTO da inscrição; e por ultimo o Camará, a documentação entregue chegou
375 para a comissão na última semana, não havendo tempo hábil para a avaliação
376 permanecendo em análise. Sr. João solicita a palavra e deixa registrado que entregou
377 a documentação impressa na SEAS no dia 16/04/21 mediante protocolo de
378 recebimento, e a entidade recebeu a informação na semana passada de que não
379 haviam entregue a documentação. Portanto, refere que a entidade apresentou o
380 protocolo contendo toda a relação de documentos entregues para os devidos

381 esclarecimentos. Com a informação de que a comissão já recebeu os documentos,
382 entende-se que o problema foi resolvido. Sra. Alessandra esclarece que desde o ano
383 passado em virtude da pandemia foi adotado o protocolo do envio dos documentos
384 digitalizados, sendo reforçada essa conduta novamente este ano; esclarece que a
385 comissão não tinha conhecimento do ocorrido em relação a entrega dos documentos da
386 entidade. Sr. Marlon, administrativo do conselho esclarece que no dia 05/04/21 foi
387 encaminhado através de e-mail para todas as entidades um comunicado geral referente
388 a entrega dos documentos digitalizados e, a documentação do Camará foi entregue na
389 secretaria e não no conselho. Sr. João explica que o motivo da entrega na SEAS foi
390 porque não tinha ninguém no conselho para receber a documentação, sendo orientado
391 a entregar para a funcionária Gil na secretaria. Sra. Alessandra segue com a
392 apresentação agora referente as solicitações de inscrição, iniciando com a entidade Flor
393 do México, deu entrada na documentação no mês de abril, porém a documentação não
394 veio completa, foi encaminhado um e-mail informando a ausência de alguns
395 documentos, a comissão não teve um retorno da entidade, ficando inconclusiva a
396 avaliação, portanto o processo foi arquivado; a Sociedade de Melhoramentos dos
397 Moradores do Distrito do Samaritá, a comissão iniciou a avaliação, um documento ficou
398 pendente, foi agendada uma reunião com os representantes da entidade, e um novo
399 documento foi entregue na última segunda dia 07/06, a comissão então tem um prazo
400 para avaliar esse novo documento, por isso permanece em análise. Sra. Vanessa
401 Gomes, assistente social da entidade Alfa e Ômega pergunta quais são as
402 considerações e se os documentos entregues não contemplaram as solicitações da
403 comissão para que possam estar respondendo, pois não tiveram uma devolutiva da
404 reunião com a comissão. Sra. Alessandra informa que a comissão recebeu a
405 documentação encaminhada após a reunião, porém algumas considerações que foram
406 feitas pela comissão não foram contempladas no segundo relatório de atividades, a
407 comissão permanece em discussão para conclusão do parecer e assim que for definido,
408 a entidade será informada oficialmente. Sra. Vanessa solicita a comissão que seja
409 encaminhado e-mail referente ao que não está em consonância para que a entidade
410 possa responder, questiona ainda se nenhum dos pedidos de inscrição foram
411 aprovados? A comissão esclarece diante do contexto relacionado a entidade, a análise
412 está sendo realizada de forma bastante cuidadosa e por isso ainda não houve nenhum
413 contato. Sra. Lilian, integrante da comissão reforça a questão da prorrogação do prazo
414 para revalidação das inscrições até dezembro, por isso mesmo que na apresentação
415 conste em análise, não haverá prejuízo para nenhuma entidade. Sra. Mary Hellen,
416 assistente social da VIP pergunta se a comissão recebeu o e-mail onde foi solicitada a
417 alteração em um dos documentos da entidade. Sra. Alessandra esclarece que a
418 comissão recebeu a documentação sim e o parecer da comissão é sugestão de
419 DEFERIMENTO para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para
420 Crianças e Adolescentes. Sra. Lilian informa que conforme manifestação na última
421 reunião ordinária por parte do Sr. Renato, representante da entidade
422 NACES/PROCURU sobre a ausência da entidade na apresentação da comissão, sendo
423 que nesta ocasião ele foi informado que a comissão ainda não havia recebido a
424 documentação para análise; reiterada a informação do não recebimento de documentos
425 da entidade pela comissão. Sr. Aldo, assistente social da entidade NACES/PROCURU
426 esclarece que diante da prorrogação do prazo de revalidação pelo CNAS, a entidade
427 está reformulando seu plano de ação e assim que concluir encaminhará para a análise.

428 Finalizando a pauta, no oitavo item referente aos assuntos gerais, o presidente
429 inicia parabenizando a entidade CAMP Rio Branco pela conquista do assento no
430 Conselho Estadual do FUNDEB. O vice presidente, explana sobre os três itens inclusos
431 que são: a) Utilização de Resolução Normativa para inscrição de entidades e
432 organizações de Assistência Social e dos serviços, programas, projetos e benefícios
433 socioassistenciais: expedição de inscrição do CMDCA. Neste item os serviços que são
434 relacionados às crianças e adolescentes, o CMAS vai solicitar as entidades no prazo de
435 trinta dias o envio do registro no CMDCA, conforme consta na resolução normativa; b)
436 Informe da solicitação da SEAS de documentos da prorrogação do mandato. A
437 secretaria encaminhou um ofício ao conselho solicitando os documentos que
438 comprovem a prorrogação do mandato da atual gestão do conselho, o CMAS
439 encaminhou as atas, a resolução normativa e as publicações que constam no site da
440 prefeitura; o presidente explica que o questionamento veio por parte do município sobre
441 a validade da prorrogação do mandato; c) Chamamentos públicos da Assistência Social,
442 publicados no site da Prefeitura de São Vicente. Sr. Felipe enquanto representante da
443 SEAS explica que todo o processos estão publicados no site da prefeitura, são oito
444 objetos que fazem parte destes chamamentos e as entidades que desejam participar
445 podem obter todas as informações no site. Sra. Glaucia complementa colocando que
446 caso haja ainda alguma dúvida a secretaria pode responder por e-mail.

447 Sra. Glaucia solicita ao conselho que autorize junto a SEAS um pedido à DRADS
448 para atualização no sistema, para que possa ser informada a nova composição da
449 gestão da secretaria, conforme a apresentação que foi feita na última reunião ordinária.

450 Sra. Mirella, assistente social da Casa Crescer e Brilhar coloca uma dúvida
451 referente ao edital de chamamento nº 06/21 que trata sobre os serviços de acolhimento
452 para crianças e adolescentes da rede privada, inclusive encaminhou e-mail com
453 algumas dúvidas a comissão de avaliação para esclarecimentos, uma das dúvidas se
454 refere a parte onde trata sobre metas qualitativas do chamamento com sessenta
455 atendimentos? Outro item que gerou dúvida foi em relação ao termo vantajosidade e as
456 per-capitas e, também uma dúvida referente ao público alvo que está dentro do plano
457 de trabalho, quando fala sobre público direto e indireto não ficou claro. Sra. Glaucia vai
458 pedir a comissão para encaminhar a resposta com os esclarecimentos por e-mail. Sra.
459 Mirella também questiona sobre o PMAS e a ata do mês de dezembro/2020, a qual não
460 foi encaminhada para a Casa Crescer e Brilhar. O presidente informa que todas as atas
461 foram enviadas por e-mail aos conselheiros e também foram encaminhadas para
462 publicação no site da prefeitura.

463 Sra. Glaucia informa que no dia 12/06 é o dia nacional de combate ao trabalho
464 infantil e a SEAS em virtude da pandemia teve um prejuízo na elaboração das ações,
465 mas coloca que estão tentando articular alguma ação de sensibilização, respeitando
466 todos os protocolos de segurança sanitária. Todavia a secretaria está analisando a
467 situação delicada do município, por conta do alto índice de internações por Covid-19,
468 então assim que houver uma definição referente a realização de alguma ação, haverá
469 a divulgação no grupo do CMAS.

470 Finalizados os informes gerais e não havendo manifestação da plenária; o
471 presidente encerra a reunião.

472

Lilian Bezerra Fontes Silva Duarte

**ANEXO I - LISTA DE PRESENÇA
REUNIÃO ORDINÁRIA 09 DE JUNHO DE 2021**

	Representatividade		Nomes	Frequência
	Governo	Titular	Secretaria de Assistência Social	Felipe da Silva Galvão
Titular		Secretaria de Assistência Social	Gláucia Mattos Marinho	Presente
Titular		Secretaria de Assistência Social	Bruno Pierre Pereira	Presente
Suplente		Secretaria de Assistência Social	Maria Aparecida Gomes	Ausente
Suplente		Secretaria de Assistência Social	Thiago Ferreira	Ausente
Suplente		Secretaria de Assistência Social	Leandro Valença	Ausente
Titular		Secretaria de Educação	José Valter dos Santos	Ausente
Suplente		Secretaria de Educação	Tathiane da Silva Santos	Presente
Titular		Secretaria de Saúde	Joana Cristina Lopes de Carvalho	Justificada
Suplente		Secretaria de Saúde	Gisele de Oliveira Palucci	Ausente
Titular		Secretaria de Cultura	Valéria Uchôa Beranger	Justificada
Suplente		Secretaria de Cultura	Elaine de Oliveira Santos	Ausente
Titular		Secretaria de Habitação	Eliene Souza Silva	Presente
Suplente		Secretaria de Habitação	Regina Aparecida Dantas dos Santos	Ausente
Titular		Secretaria de Desenv. Comér., Ind. e Assuntos Portuários	Antonio Homsy Cabral	Presente
Suplente		Secretaria de Desenv. Comér., Ind. e Assuntos Portuários	Andrea dos Santos	Ausente
Titular		Secretaria da Fazenda	Teresa da Silva Homem	Ausente
Suplente		Secretaria da Fazenda	Catherine Generoso Fernandez	Ausente
Sociedade Civil	Representatividade		Nomes	Frequência
	Titular	Entidade: Associação de Desenvolvimento Econômico e Social às Famílias (Adesaf)	Kleber Dias	Presente
	Titular	Entidade: Centro de Aprendizagem e Motivação Profissional (CAMP Rio Branco)	Marcia Aparecida Pansarini Dias	Presente
	Titular	Entidade: Instituto Camará Calunga	João Carlos Guilhermino da Franca	Presente
	Suplente	Entidade: Lar de Atendimento de Meninos e Meninas (LAM)	Carla Regina de Oliveira Silva	Justificada
	Suplente	Entidade: Casa Crescer e Brilhar	Adonil Terixeira de Paula	Ausente
	Suplente	Entidade: Apae São Vicente	Lucia Lela Schissato	Presente
	Titular	Usuário de serviços socioassistenciais	Renata Chemalle Martins	Ausente
	Titular	Usuário de serviços socioassistenciais	Jefferson Brunhara Bueno	Ausente
Titular	Usuário de serviços socioassistenciais	Vago	-	

	Suplente	Usuário de serviços socioassistenciais	Vago	-
	Suplente	Usuário de serviços socioassistenciais	Vago	-
	Suplente	Usuário de serviços socioassistenciais	Vago	-
	Titular	Representação dos Trabalhadores	Lilian Bezerra Fontes S. Duarte	Presente
	Titular	Representação dos Trabalhadores	Suzana Yoshiko Sasaki	Presente
	Titular	Representação dos Trabalhadores	Ordália Akie Takeda Ysayama	Presente
	Suplente	Representação dos Trabalhadores	Sindicato de Servidores Públicos Mun. De SV	Presente
	Suplente	Representação dos Trabalhadores	Carolina Fernandes Andrade	Presente
	Suplente	Representação dos Trabalhadores	Vago	-
Participantes	Secretaria Executiva CMAS-SV		Nomes	Frequência
	Administrativo		Marlon Horta	Presente
	Técnico		Irene	Justificada
	Participantes / segmento de representação			
	Isabela Izar Melo (Projeto Bora Lá – NUMEC)			
	Cibele Marise Duarte Barbosa (formanda em Serviço Social)			
	Marcos Vinicius Batista de Souza (Alfa e Ômega)			
	Alessandra Serrão (Campsv)			
	Alexei Lutero Monteiro Gomes (Secretaria de Planejamento)			
	Andrea Menezes (vice-presidente Relações Institucionais da Executiva Nacional Microempreendedor Individual)			
	Tânia Mangolini (Instituto Camará)			
	Thaís Teixeira Carvalho (Lar de Amparo ao Idoso)			
	Mary Helen Larissa Almeida Santos (assistente social)			
	Aldo Ferraz (NACES PROCURU)			
	Hanna Pereira (Assessoria de Políticas Públicas para a Mulher)			
Kelly (Assistente Social do Lar Vicentino)				

**Convocação
Reunião Ordinária**

O Conselho-Diretor do **Conselho Municipal de Assistência Social de São Vicente (CMAS)**, em conformidade com o cronograma previsto na Resolução Normativa nº. 04/2021, convoca seus representantes e convida os demais interessados para **Reunião Ordinária** a ser realizada em **09 de junho de 2021**, às **14h00**, por meio da plataforma ZOOM, cujo *link* será encaminhado por e-mail, no dia da reunião.

Pauta:

1. Leitura e aprovação das Atas das Reuniões Ordinárias de **abril** e **maio** de 2021;
2. Deliberação acerca da reprogramação FMAS (Ofício de 24/05/2021 – SEAS);
3. Atualização das comissões temáticas, em conformidade com o Regimento Interno do CMAS-SV, a saber:
 - a) Comissão de Finanças e Orçamento.
 - b) Comissão de Políticas Públicas, Legislação, Defesa e Garantias de Direitos.
 - c) Comissão de Relações Inter-Institucionais.
 - d) Comissão de Certificação.
4. Apresentação à Plenária da documentação relacionada à execução do Serviço “Atendimento socioassistencial de 300 (trezentos) adolescentes e adultos, usuários do SUAS, acompanhados pelo Programa de Medidas Socioeducativas, PETI e PAEFI”, pela OSC Alfa e Ômega;
5. Deliberação das alterações do Regimento Interno, cuja minuta foi apresentada pela Comissão Permanente de Análise do referido instrumento;
6. Comissão Organizadora da XIV Conferência Municipal de Assistência Social
7. Comissão de Inscrição: revalidações e novos pedidos de inscrição
8. Assuntos gerais e informes:
 - a) Utilização de Resolução Normativa para inscrição de entidades e organizações de Assistência Social e dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais: expedição de solicitação de CMDCA.
 - b) Informe da solicitação da SEAS de documentos da prorrogação do mandato.
 - c) Chamamentos públicos da Assistência Social, publicados no site da Prefeitura de São Vicente.

Certos de contarmos com vossa presença, agradecemos, antecipadamente.

São Vicente, 01 de junho de 2021.

Felipe Silva Galvão
Presidente do CMAS/SV

ATA DA REUNIÃO

REUNIÃO EXTRAORDINARIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL DE SÃO VICENTE REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2021

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, em segunda chamada às 14:30 horas, através de reunião virtual na plataforma *Zoom Cloud Meeting*, realizou-se a Reunião Extraordinária do CMAS de São Vicente, conforme *chat* da reunião, para deliberar a seguinte pauta, conforme convocação: **1)** Comissão Organizadora da XIV Conferência Municipal de Assistência Social (deliberação sobre elaboração de relatório e propostas oriundos da XIV Conferência Municipal de Assistência Social e apresentação à Plenária); **2)** Comissão Eleitoral: processo de escolha dos representantes da sociedade civil; e, **3)** Regulamentação dos Benefícios Eventuais da Política de Assistência Social em São Vicente.

A reunião fora presidida pelo vice-presidente do CMAS, Sr. Kleber Dias, que iniciou a sessão justificando que o presidente do conselho, Sr. Felipe da Silva Galvão estava em atividade externa previamente programada. Marcia ausência

Iniciando o primeiro assunto da pauta, o presidente da sessão passou a palavra à comissão organizadora da XIV Conferência Municipal de Assistência Social a fim de ser apresentado à Plenária, cronograma de apresentação do relatório final com informações concernentes ao processo conferencial, bem como das propostas aprovadas, para aprovação, ficando estabelecido que será na próxima reunião ordinária do Conselho, dia 13 de outubro de 2021. Para tanto, a finalização do arquivo se dará até o dia 30/09/2021 e enviado aos conselheiros nesta data.

Passando ao segundo assunto da pauta, o presidente da sessão passou a palavra à presidente da Comissão Eleitoral, Sra. Lilian, que informou à Plenária que a minuta da Resolução Normativa do processo eleitoral fora finalizada pela comissão e que seria disponibilizada, na presente data, aos conselheiros para análise. A fim de oferecer tempo para tal análise, a comissão sugere a convocação de nova reunião extraordinária, para o dia 22/09/2021, para deliberação quanto à aprovação da RN do pleito. A sugestão foi aceita por todos os conselheiros.

O presidente da sessão, passou, então, a discutir o terceiro assunto da pauta, informando que o prazo para a regulamentação dos benefícios eventuais é dia 17/09/2021.



1

32 Informou que em atendimento às orientações da DRADS Baixada Santista e, em
33 conformidade com a Portaria CIB/SP nº. 15, de 25/08/2021 e Deliberação CONSEAS 29/2019
34 três documentos seriam necessários para garantir tal regulamentação: i. Lei Municipal do SUAS; ii.
35 Decreto do executivo municipal; e, iii. Resolução normativa do CMAS-SV.

36 Sobre a Lei do SUAS, o presidente da sessão rememora que a Lei Municipal nº.
37 3534-A/16, que dispõe sobre o SUAS, no município de São Vicente, a partir da Seção II,
38 passa a versar sobre os benefícios eventuais e, dentre outras informações, relaciona em
39 seu Art. 51, as modalidades ofertadas pelo município.

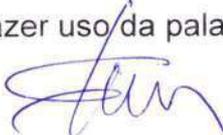
40 Sobre o Decreto do Executivo, menciona que o Conselho-Diretor elaborou a minuta
41 e encaminhou à SEAS, à Secretaria de Planejamento e à assessoria do gabinete do
42 Prefeito que se comprometeram a encaminhar ao jurídico para posterior assinatura do Sr.
43 Prefeito Kayo Amado.

44 Sobre a Resolução Normativa do CMAS-SV, o presidente da sessão informa que já
45 havia enviado minuta aos conselheiros para análise; reforça que o documento foi elaborado
46 considerando a construção já apresentada pela equipe técnica da Proteção Social Básica
47 e destacou a necessidade de aprovação na presente data. Assim, o presidente perguntou
48 se alguém manifestaria interesse em contribuir com mais alguma observação na minuta
49 encaminhada, cujas sugestões de alterações, estão na versão finalizada, no arquivo
50 anexado a esta Ata. A Resolução Normativa, fora aprovada e será encaminhada para
51 publicação no site da prefeitura de São Vicente, em campo específico de informações do
52 Conselho.

53 O presidente da sessão, solicitou que o conselho deliberasse sobre o aceite do valor
54 pactuado na Deliberação do CONSEAS/SP, concernente aos benefícios eventuais, tendo
55 sido aceito por todos os conselheiros participantes presentes.

56 O presidente da reunião pergunta se mais alguém gostaria de fazer uso da palavra,
57 o que não houve. Assim, o presidente encerra a reunião.

58 **Lilian Bezerra Fontes Silva Duarte**
59 1ª Secretária CMAS


Kleber Dias Silva
Vice-presidente / presidindo reunião

ATA DA REUNIÃO

**REUNIÃO EXTRAORDINARIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL DE SÃO VICENTE REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2021**

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, em segunda chamada às 14h30minh, através de reunião virtual na plataforma *Zoom Cloud Meeting*, realizou-se a Reunião Extraordinária do CMAS de São Vicente, conforme registro de presença em instrumental próprio (ANEXO I), para deliberar a seguinte pauta, o item 1) Leitura e Aprovação da Ata da Reunião Ordinária de 08 de Dezembro de 2021; item 2) Aprovação da abertura do PMAS 2021 SEDES, para atualização de dados referentes a Chamamento Público e recurso Financeiro; Item 3) Apresentação e Aprovação do PMAS –SEDES – 2022/2025; item 4) Apresentação e Aprovação do Relatório Circunstanciado 1º Semestre 2021 e item 5) Assuntos Gerais

A reunião foi presidida pelo vice-presidente do CMAS, Sr. Elionai Santos Silva, que justificou a ausência do Presidente Sr. Bruno Rodrigues, em virtude do mesmo, ter assumido compromisso anterior, ao agendamento desta extraordinária e não sendo possível remarcar.

Informadas as devidas ausências o vice-presidente prossegue com o primeiro item da pauta Leitura e Aprovação da Ata da Reunião Ordinária de 08 de Dezembro de 2021, a segunda secretária Glaucia justifica que em decorrência de não ter conseguido acessar a gravação da reunião do dia 08, não foi possível elaborar a ata, sendo comunicado na data de hoje o problema de dificuldade de acesso a gravação ao presidente, dessa forma, solicita a plenária que o item seja pautado na próxima reunião ordinária do conselho, finaliza pedindo desculpas aos Conselheiros pelo ocorrido, relata ainda o encaminhamento com antecedência aos Conselheiros para leitura.

Os Conselheiros aprovam o encaminhamento e, o vice-presidente dá prosseguimento, informando que haverá a necessidade de alteração na ordem dos itens da pauta, pois a Conselheira Suplente Maria e o auxiliar Administrativo Hermes, do Departamento de Compras e Convênios que apresentaram os dados referentes ao PMAS 2021 – SEDES estavam gravando em pen drive; bem como estavam com problemas técnicos (internet) para a apresentação do PMAS 2022, on line solicitando a inversão dos itens da pauta.

Os Conselheiros acatam o encaminhamento para inversão dos itens da pauta e, o Vice-Presidente passa para o item 4) Apresentação e Aprovação do Relatório Circunstanciado 1º Semestre 2021; solicitando que a representante da SEDES, Conselheira Gláucia faça a explanação.

A Conselheira faz a apresentação do Relatório Circunstanciado e, durante a apresentação o Conselheiro João Carlos, faz algumas reflexões referente à forma como foi sistematizado o relatório, indagando se onde consta resultados não deveria estar ações, p Conselheiro Kleber Dias também fez um apontamento sobre o modelo de instrumental utilizado que não informa, de fato, os resultados alcançados e, a Conselheira Gláucia informa que o modelo utilizado é da DRADS, a Coordenadora da Vigilância Socioassistencial, Srª Eliana, relata marcou reunião na DRADS assim que assumiu a coordenação para dialogar sobre alterações no modelo de relatório Circunstanciado utilizado, sendo que a mesma observou a necessidade de adequações.

44 Conselheiro Felipe, também questionou alguns dados referentes aos dados de meta
45 contidos no relatório, referente a diferença de atendimento entre as duas unidades de
46 creas, e os dados referentes aos atendidos na CRAS Parque da Bandeiras, trazendo a
47 reflexão a plenária, se diante do quadro de Pandemia, o numero de atendidos registrado
48 estava condizendo com a realidade. A conselheira Glaucia, fez uma breve
49 contextualização referente ao processo de trabalho da SEDES em 2021, que somente no
50 segundo semestre culminou com a implantação de algumas ações que são de extrema
51 importância na geração e qualificação das ações e sistematização dos dados.
52 Entende que os apontamentos são validos e sugere que os mesmo sejam inseridos para
53 os próximos relatórios, registrando que os dados já registrados não podem ser alterados.
54 O Conselheiro Felipe pede uma questão de ordem com a proposta de não ser
55 encaminhado para a votação o relatório circunstanciado, até serem realizadas as
56 adequações apontadas e seja melhor esclarecido os dados. Conselheiro Kleber tem
57 acordo com esse encaminhamento. A Conselheira Lela representante da APAE SV,
58 indaga se a não aprovação pode vir a trazer prejuízos quanto à transferência de recurso.
59 Conselheira Glaucia relata que o documento já deveria ter sido encaminhado a DRADS, e
60 que a qualquer tempo pode vir o questionamento e possível sanção quanto ao repasse.
61 Diante dessa forma Lela sugere que façamos a votação, e os apontamentos sejam
62 absorvidos nos próximos instrumentais.
63 Sendo assim a Conselheira Glaucia, sugere que façamos uma primeira votação quanto à
64 questão de ordem levantada, se o instrumental deve ir para votação ou não. Sendo
65 realizada a votação com exceção dos conselheiros Kleber, João Carlos, Felipe e Carla os
66 demais presentes votaram a favor de manter a votação pela aprovação ou não do
67 instrumental nessa reunião. Superada a questão de ordem, foi realizada a votação pela
68 aprovação ou não do instrumental para ser encaminhado a DRADS/BSA, nessa votação
69 foi mantido os mesmo votos contra por parte dos Conselheiros, Kleber, João e Felipe,
70 sendo que a pedido do Conselheiro Felipe registra-se na ata a indignação do mesmo com
71 a forma que foi conduzida essa votação referente ao Relatório Circunstanciado.
72 O relatório Circunstanciado foi aprovado, com o compromisso da gestão incluir as
73 alterações solicitadas pelos Conselheiros: Kleber Dias e João Carlos Guilhermino da
74 Franca no modelo de relatório e o mesmo ser novamente apresentado a plenária.
75 Passando ao segundo item da pauta aprovação da abertura do PMAS 2021 SEDES, para
76 atualização de dados referentes a Chamamento Público e recurso Financeiro, o vice
77 presidente passa a palavra a conselheira Maria representante da SEAS, que informa, que
78 tendo em vista a celebração do termo de colaboração, se faz necessário a reabertura do
79 PMAS para informar o cronograma de desembolso referente as verbas estaduais, assim
80 como também se faz necessário informar a utilização do recurso anteriormente destinado
81 aos serviços de acolhimento que somente foram celebrados em 2020 para utilização em
82 2021. A Conselheira Suplente Maria informou que os recursos não foram utilizados, pois
83 não foi possível aditar os contratos em 2021; dessa forma foi solicitado ao CMAS
84 aprovação do remanejamento do recurso para os Serviços da Proteção Social Especial de
85 Média e Alta Complexidade. A Conselheira Suplente Maria apresentou planilha
86 descritiva com os valores a serem remanejados (anexo II), comprovando que o valor Total
87 do recurso permanecia o mesmo. A plenária entendeu perfeitamente e aprovou por
88 unanimidade a abertura do PMAS 2021 e aprovação do remanejamento de recurso.

89 Encerrada a apresentação do item 2, o vice presidente passa a palavra a representante
90 da SEDES conselheira Glaucia, para que possa fazer a devida apresentação do item 3)
91 Apresentação e Aprovação do PMAS SEDES -2022/2025, a mesma inicia sua fala,
92 justificando o motivo pelo qual não foi enviado à Comissão de Legislação, em data
93 anterior, o PMAS para análise do mesmo; tendo em vista que a demanda de trabalho,
94 inviabilizou a elaboração mais aprimorada do PMAS em tempo hábil e como o PMAS
95 pode ser analisado no decorrer do ano de 2022 de forma mais tranquila e com os dados
96 mais atualizados e fidedignos à realidade, o órgão gestor entendeu que o mais importante
97 neste momento; é a informação quanto à utilização do recurso a ser pactuado; este deve
98 ser o objeto primordial de análise por parte da plenária. Repassadas as informações
99 referentes à proposta de destinação e pactuação dos recursos; a conselheira Glaucia
100 pontua que não houve aumento de valores, tanto na esfera estadual como na federal até
101 o momento; apresenta a planilha física financeira com o cronograma de desembolso, com
102 as devidas explicações quanto aos serviços executados nas proteções. Realizada a
103 explicação quanto à utilização do recurso, a Conselheira sugere que na reunião de
104 fevereiro havendo a possibilidade da mesma ocorrer de forma presencial na Câmara
105 Municipal, o órgão gestor se compromete a apresentar através da utilização de recursos
106 áudio visuais: computador e data show o Sistema do PMAS e, assim de forma mais
107 efetiva, a plenária possa se apropriar do que vem a ser o Plano e sua importância na
108 Política de Assistência Social. Considerando a realização da reunião virtual, entende-se
109 que essa ferramenta tão importante que é o PMAS, referente ao recurso fundo a fundo do
110 Estado. Considerando o avançar da hora e tendo o entendimento quanto a necessidade
111 da aprovação e posterior análise do PMAS, conselheiro João Carlos, sugere que façamos
112 a votação. Não havendo manifestação contrária, encaminhou-se pela votação, todos os
113 conselheiros presentes foram a favor da aprovação do PMAS 2022/2025.

114 Nada mais havendo a tratar no momento, o Vice-Presidente Elionai deu por encerrada a
115 reunião.

116
117

118

Glaucia Maria C. de Mattos Marinho
Glaucia Maria C. de Mattos Marinho

119

2ª Secretária CMAS.